



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **CORREGEDORIA** **GERAL DA JUSTIÇA** 1º SEMESTRE/2016



Corregedoria Geral
da Justiça
MARANHÃO

Corregedora-Geral da Justiça

Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz

Juizes Auxiliares da Corregedoria

Gladiston Luís Nascimento Cutrim (Coordenador de Planejamento Estratégico)

José Américo Abreu Costa (Infância e Juventude)

Márcia Cristina Coelho Chaves (Coordenadoria dos Juizados Especiais)

Rosângela Santos Prazeres Macieira (Correições Judiciais)

Rosária de Fátima Almeida Duarte (Serventias Judiciais)

Sara Fernanda Gama (Serventias Extrajudiciais)

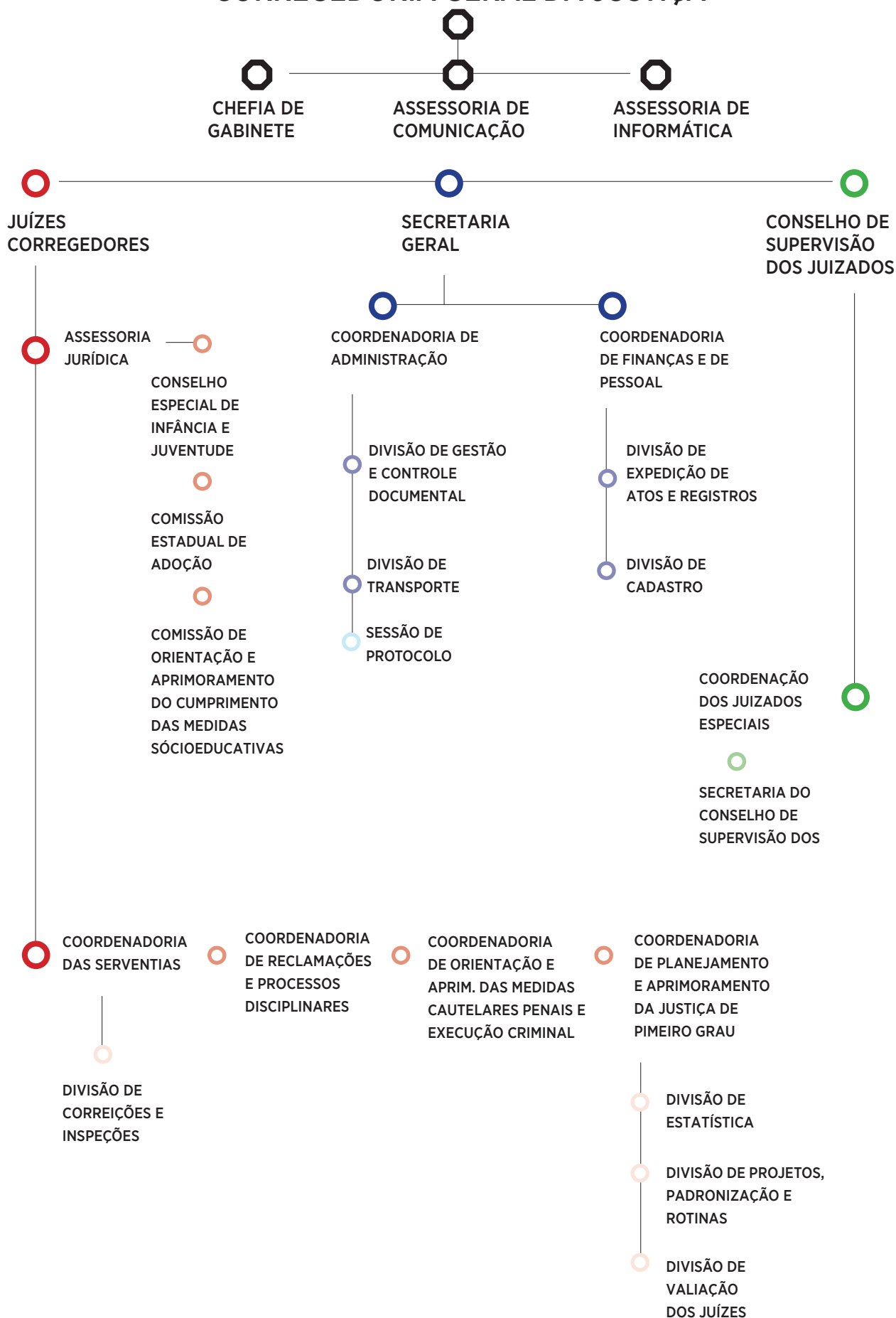
Diretor da Corregedoria

Gustavo Adriano Costa Campos

Juiz Diretor do Fórum de São Luís

Sebastião Lima Bonfim

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA



Palavra da Corregedora



Ao assumirmos a missão de gerir a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), tivemos - primeiramente - de olhar além das circunstâncias, diante de uma crise anunciada com restrição de recursos econômicos e até humanos, notadamente, o déficit de juízes nas comarcas de nosso Estado. Tal situação não nos desanimou, pelo contrário, nos desafiou a desenvolvermos uma gestão compartilhada, focada nas demandas e resultados, na eficiência da prestação jurisdicional direcionada aos cidadãos que buscam a Justiça.

A distribuição da justiça é resultado das ações dos atores que fazem o Poder Judiciário. Nesse sentido, preparamos um Plano de Gestão da CGJ - 2016/2017, totalmente alinhado às ações do Tribunal de Justiça, por entendermos a unicidade do Judiciário. Dessa forma, idealizamos uma maior responsabilidade social da Corregedoria na execução da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Com vários projetos sociais em execução, a exemplo do “Construindo a Justiça”, “Casamento Comunitário”, “Central Única dos Cartórios do Maranhão”, “Jurado Voluntário”, “Reconhecer é Amar!” e “Registro Civil”, a Corregedoria amplia sua missão de garantir cidadania por meio de uma Justiça célere e eficaz, inclusive com a possibilidade de participação popular na construção do Judiciário.

Incentivar e apoiar a Justiça de 1º grau no julgamento e descongestionamento processual têm sido nossas metas nestes seis meses. Movimentos como “Maranhão Contra a Corrupção”, Semana da Infância e Adolescente e Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente, todas direcionadas ao impulsionamento processual, receberam integral apoio da Corregedoria.

Ao mesmo tempo, o diálogo com as entidades classistas tem avançado na implementação de melhoria dos serviços prestados pelas Serventias Extrajudiciais em todo o Maranhão. A Central Única de Cartórios é uma dessas melhorias, resultado de muito trabalho.

Nesta adversidade, buscamos remodelar a atuação da Corregedoria para além da sua função correicional ou fiscalizatória. A gestão compartilhada nos permite ouvir servidores, cartórios, magistrados e representantes de instituições vinculadas à atividade fim do Poder Judiciário. Essa inovação tem nos permitido driblar a crise e a falta de recursos financeiros, e assim, manter a prestação jurisdicional ao cidadão maranhense.

Mantivemos as boas práticas de gestões anteriores, mas reformulamos pontos estratégicos para alcançarmos melhores resultados. A Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) já apresenta resultados dessas mudanças que valorizam, também, a importância do ser humano como ator social modificador do Judiciário.

As conquistas e os avanços até aqui concretizados são frutos de todo o trabalho compartilhado. E assim, seguiremos...

Muito obrigado.

Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
Corregedora-Geral da Justiça do Maranhão

A corregedora-geral Anildes Cruz impôs ritmo acelerado de trabalho, no intuito de dar vazão às demandas iniciais da gestão. Em pauta, questões essenciais como a efetivação das audiências de custódia na capital e interior do Estado; redefinição das diretrizes de trabalho da Comissão Sentenciante em seu plano de ação, com objetivos e metas alinhadas ao planejamento estratégico da CGJ; e as decisões que estão melhorando os serviços cartorários no Maranhão.

janeiro



Efetividade



EFETIVAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NAS COMARCAS

A Corregedoria Geral da Justiça e a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEAP) trataram da logística das audiências de custódia nas comarcas do interior do Estado. A corregedora Anildes Cruz apresentou ao secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, alternativas para o aperfeiçoamento dos procedimentos adotados nessas audiências.

Os juízes auxiliares da Corregedoria, José Américo Abreu e Rosângela Prazeres, participaram da reunião, propondo a intensificação da parceria do Judiciário para a implantação das melhorias.

A discussão dos procedimentos na reunião também contou com a contribuição dos juízes Ana Maria Vieira (1ª Vara de Execuções Penais) e Fernando Mendonça (2ª Vara de Execuções Penais).

As audiências de custódia foram regulamentadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução 213/2015. O procedimento de apresentação de presos em flagrante ou por mandado de prisão é detalhado pelo documento que atribui dois protocolos de atuação: um sobre aplicação de penas alternativas; e o outro, sobre procedimentos para apuração de denúncias de tortura.

UMF



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu o coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Fróz Sobrinho. O desembargador apresentou o Plano de Trabalho e Cronograma de Atividades 2016/2017 da Unidade de Monitoramento. Falou das últimas ações realizadas pela coordenadoria; apresentou os programas desenvolvidos - Começar de Novo, APAC, Medidas Sócioeducativas, Mutirão Carcerário Permanente, Saúde Mental, Audiências de Custódia e outros, que representam as linhas de ação desenvolvidas pela Unidade.

Segurança



SISTEMA DE SEGURANÇA DO ESTADO

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz reuniu com representantes das instituições que integram o Sistema de Segurança do Estado, para tratar das propostas de regulamentação das audiências de custódia no Maranhão.

A regulamentação das audiências de custódia em todo o Maranhão cumpre

determinação contida na Resolução n.º 213 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que entrou em vigor em 1º de fevereiro. A resolução determina a obrigatoriedade da apresentação pessoal do preso em flagrante ou por meio de mandado de prisão, a um juiz no prazo de 24 horas, inclusive em finais de semana e feriados. O texto ressalta, também, a presença do Ministério Pú-

blico e do defensor durante a audiência, e o contato prévio entre o preso e seu advogado ou defensor público. “As audiências de custódia já acontecem, são uma realidade, por isso queremos ouvir as pontuações e sugestões de todas as instituições envolvidas neste processo, para juntos, de forma compartilhada, encaminharmos a melhor decisão”, afirmou a corregedora na oportunidade.

Melhorias

CGJ E CARTÓRIOS: MELHORIAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO

Titulares das Serventias Extrajudiciais de São Luís, responsáveis pelo Registro Civil das Pessoas, reuniram-se com o diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Joaquim Lima Bonfim, e a juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Sara Gama. Na pauta do encontro a divulgação da tabela de plantão dos cartórios e a coleta de informações que visam a melhoria dos serviços prestados à população. Foram discutidos pontos e ideias para melhorar serviços de registro civil de óbito e registro de casamento. Entre as propostas apresentadas, está a elaboração de cartazes informativos para a população.



Nova CSI

REFORMULAÇÃO DAS DIRETRIZES DA COMISSÃO SENTENCIANTE

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, logo em janeiro, conheceu as instalações do Núcleo Sentenciante, no Fórum Desembargador Sarney Costa. Tomou conhecimento das diretrizes da Comissão Sentenciante que serviram de base para modificações pontuais do Provimento n.º 25/2014.

O Provimento n.º 03/2016 altera o foco e metodologia de atuação da Comissão para obtenção de resultados mais significativos, um aprimoramento qualitativo.

“A experiência exitosa da Comissão Sentenciante da Corregedoria deve ser valorizada. É um trabalho fundamental, que desafoga unidades e melhora a prestação dos serviços da Justiça em varas e fóruns, seja em São Luís ou interior”, ressaltou a corregedora.

O Plano de Ações para impulsionar os processos paralisados nas unidades de maior congestionamento utiliza os trabalhos da Comissão Sentenciante Itinerante. De acordo com o juiz coordenador de Planejamento Estratégico da CGJ, Gladiston Cutrim, as metas inseridas no plano estão inteiramente alinhadas aos objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O projeto tem abrangência em todo o Estado, porém, estão sendo priorizadas as unidades com maior taxa de congestionamen-



to. As unidades escolhidas passam por um diagnóstico inicial realizado com base em dados do acervo geral, processos conclusos (e conclusos há mais de 100 dias), Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), taxa de congestionamento e gráfico comparativo de dados com outras unidades judiciais, entre outros aspectos.

Ao término dos trabalhos, é elaborado um relatório final com gráficos comparativos da situação anterior e atual da unidade jurisdicional envolvida, bem como uma breve análise do ambiente organizacional, sugerindo, quando necessário, apoio de outros setores do Poder Judiciário.

A Corregedoria prioriza estratégias para combater a mo-

rosidade processual, e garantir maior celeridade na resolução das demandas processuais com a efetiva entrega da prestação jurisdicional à sociedade

A Corregedoria prioriza estratégias para combater a morosidade processual, e garantir maior celeridade na resolução das demandas processuais com a efetiva entrega da prestação jurisdicional à sociedade

Em fevereiro, o desafio de reduzir a taxa de congestionamento processual começou a ser enfrentado pela corregedora Anildes Cruz, que priorizou o alinhamento das ações ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e às metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além disso, estreitou a relação com juízes, através de reuniões semanais e visitas às unidades para conhecer a realidade e vivência dos espaços onde a Justiça acontece.

fevereiro



Metas

CORREGEDORA APRESENTA PLANO DE GESTÃO - 2016/2017

A desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça, apresentou ao presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, durante sessão plenária realizada no Tribunal de Justiça do Maranhão, o Plano de Gestão da CGJ-MA.

O Plano de Gestão – biênio 2016/2017 foi constituído de forma a alinhar as ações da Corregedoria com as metas estratégicas do Tribunal de Justiça e os macrodesafios do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

A corregedora Anildes Cruz afirmou que pretende executar todo o planejamento, que é fruto de um trabalho conjunto de sua equipe de juízes auxiliares da CGJ, através de reuniões e debates es-

tabelecidos desde o início da sua gestão. “Aprimorar a Justiça de 1º grau e fortalecer as ações positivas em prol de um Judiciário mais célere e eficaz está entre nossas metas”, afirmou a corregedora.

De acordo com o juiz Gladiston Cutrim, coordenador de Planejamento Estratégico da CGJ, a missão principal do Plano de Gestão é garantir à sociedade o amplo acesso à Justiça, aperfeiçoando a prestação jurisdicional mediante orientação e supervisão dos serviços judiciais e extrajudiciais. “O modelo de gestão compartilhada adotado pela corregedora geral favorece os objetivos traçados para a elaboração do Plano de Gestão”, concluiu o magistrado.



Transparência



SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DEVEM ALIMENTAR DADOS DO JUSTIÇA ABERTA

A Corregedoria Geral da Justiça notificou os juízes com competência sobre registros públicos, para que eles determinem às serventias judiciais o preenchimento de dados do sistema “Justiça Aberta”, do Conselho Nacional de Justiça.

Esse sistema facilita o acesso dos cidadãos a informações sobre a localização de varas cíveis, tribunais, cartórios e outras instituições a serviço do sistema judiciário do

Brasil e sobre relatórios de produtividade das secretarias processuais. O provimento do Conselho Nacional de Justiça destaca que os órgãos judiciários de 1ª e 2ª instâncias deverão alimentar mensalmente e diretamente, via internet, todos os dados do sistema “Justiça Aberta” até o dia 10 seguinte de cada mês (ou até o próximo dia útil subsequente), devendo ainda manter atualizadas quaisquer alterações cadastrais.

Audiência de custódia

CORREGEDORIA REÚNE COM JUÍZES CRIMINAIS DA COMARCA DA ILHA

“As audiências de custódia proporcionam uma significativa redução de problemas para todo o Sistema de Segurança”

**Desembargador
Froz Sobrinho**



A desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça, reuniu com juízes criminais que atuam na Comarca da Ilha de São Luís para tratar das propostas apresentadas pelos magistrados para o aprimoramento das audiências de custódia e plantão judicial. Foi mais um ato da gestão compartilhada proposta pela corregedora.

“Todas as proposições aqui apresentadas são valiosas contribuições dos magistrados que atuam na área criminal para consolidação das audiências de custódia em nosso Estado”, afirmou a corregedora.

O coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão – TJMA, desembargador Froz Sobrinho, presente ao encontro, apresentou relatório sugerindo a necessidade, urgente, de intensificar as audiências de custódia.

As audiências de custódia proporcionam ao magistrado o imediato conhecimento do fato, o que reduz, por exemplo, as possibilidades da prática de tortura nas prisões e o número de presos, proporcionando ainda, a comunicação imediata com a família e o defensor do preso.

Projeto

VITALICIAMENTO DE JUÍZES: TROCANDO IDEIAS

Projeto de Vitaliciamento “Trocando Ideias”, objetiva dar suporte aos juízes de direito em fase de vitaliciamento na carreira, prestando o apoio e a orientação para o exercício das atividades judicantes, em diversas áreas.

Por determinação da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, está sendo implementado um projeto específico para acompanhar o processo de vitaliciamento dos novos juízes, com a participação da equipe de juízes auxiliares da Corregedoria. “Eles têm uma missão árdua e precisam estar preparados para enfrentar essa enorme responsabilidade, e a Corregedoria, como órgão fiscalizador e principalmente orientador, precisa estar presente nessa adaptação”, disse a corregedora Anildes Cruz.



COPEN



REPRESENTANTE DA CGJ NO CONSELHO PENITENCIÁRIO

A corregedora Anildes Cruz empossou o juiz Gladiston Cutrim como membro do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão – COPEN.

O presidente do COPEN, Gerson Lélis, esteve acompanhado do defensor público e vice-presidente da entidade, Bruno Dixon e dos conselheiros Francisco Conceição (representante da OAB), Francisca Moraes (Conselho de Psicologia do Maranhão), Maria

da Paz Calvet (Conselho de Serviço Social do Maranhão) e Luís Carlos Cintra (representante dos Direitos Humanos). Os membros do COPEN parabenizaram a Corregedoria pela acessibilidade e disposição de enfrentar os problemas do sistema penitenciário. A corregedora Anildes Cruz reafirmou aos membros do COPEN a continuação da parceria institucional com a CGJ na busca de melhorias para o sistema penal.

NAE

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA CRIA NÚCLEO PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS CARTORÁRIOS

Levando em consideração a necessidade de prestação eficiente dos serviços notariais e de registro, e o modelo de gestão compartilhada adotado pela Corregedoria, o que implica a efetiva participação de todos os envolvidos no planejamento das ações fiscalizadas pelo Poder Público, a corregedora Anildes Cruz, instituiu através do Provimento n.º

06/2016, o Núcleo Avançado Extrajudicial - NAE, presidido por um juiz auxiliar da CGJ, e composto pelo diretor do FERJ, coordenador das Serventias, dois servidores da Corregedoria, um notário e um registrador.

Entre as competências do NAE estão a discussão de ideias relacionadas aos serviços extrajudiciais, com a elaboração de propostas e estratégias de

ações que visem a melhoria dos serviços cartorários no Maranhão.

Uma das propostas iniciais busca inserir na Carteira de Identidade do cidadão, o nome do Cartório que emitiu o documento, para evitar a emissão de 2ª via em caso de perda/roubo. Outras 20 propostas de melhoria do serviço extrajudicial, devem ser implantadas até o final da gestão.

A importante iniciativa dos juízes e promotores de Justiça recebeu integral apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). O movimento “Maranhão Contra a Corrupção”, movimentou 70 unidades judiciais em todo o Estado, com o julgamento e impulsionamento de ações de improbidade administrativa contra gestores e ex-gestores públicos. Ainda em março, a Corregedoria implementou a realização de Correições Virtuais na Justiça de 1º grau. Os trabalhos começaram pela 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis do Fórum de São Luís.

março



Orientação

CARTILHA DO MERCADO IMOBILIÁRIO ORIENTA CIDADÃOS



A Cartilha do Mercado Imobiliário vai orientar sobre os diversos procedimentos de registro junto aos Cartórios. A ideia nasceu de reunião em que a corregedora Anildes Cruz recebeu os representantes da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Estado do Maranhão (ADEMI-MA); Sindicato

das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão (SINDUSCON); e Associação dos Notários e Registradores do Maranhão (ANOREG-MA). A corregedora determinou a criação de uma comissão para a elaboração do projeto da cartilha. Toda a legislação vigente estará contida, de forma explicativa, no documento.

A demora e extensão de prazos ocorre, muitas vezes, em virtude da minuciosa análise de documentos, que precisa ser feita em cumprimento das exigências legais”

Mirella Rosa, representante da ANOREG-MA

Mulher

CGJ PARTICIPA DA “SEMANA DA MULHER ADVOGADA” NA OAB-MA



A Corregedoria Geral da Justiça participou das atividades em comemoração ao Dia da Mulher, promovidas pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, seção Maranhão. A juíza auxiliar da CGJ, Sara Gama, representou a desembargadora Anildes Cruz no evento “Semana da Mulher Advogada”. A magistrada traçou um histórico da luta feminina por direitos e garantias sociais, com a palestra “Direito das Mulheres”.

Reformulação

NOVA COMISSÃO SENTENCIANTE JÁ ATUA EM UNIDADES JUDICIAIS DA CAPITAL



A Comissão Sentenciante Itinerante (CSI), instituída pela Corregedoria através do Provimento n.º 25/2014, desenvolve trabalho que dá suporte às unidades judiciárias. Na atual gestão, a CSI foi reformulada com alterações pontuais efetivadas pelo Provimento n.º 03/2016, que incluiu nas competências da Comissão o desenvolvimento de atividades previstas no Planejamento Estratégico da CGJ, buscando essencialmente a redução do índice de congestionamento nas unidades judiciais escolhidas.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, após reunião com juízes auxiliares e magistrados das Varas Cíveis da capital, determinou o início dos trabalhos da nova Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) pela 1ª, 2ª e 7ª Varas Cíveis.

Em um mês de atuação na 1ª Vara Cível a Comissão recebeu 1.202 (mil, duzentos e dois) processos de diversos assuntos como reparação de dano moral, ação de despejo, execução de

título extrajudicial, revisão contratual, e outros. De acordo com a coordenação, foram impulsionados no mês 915 processos, dos quais 586 despachos, 159 decisões e 170 sentenças.

Ao final dos trabalhos, buscou atuar na estrutura funcional do material humano da unidade judicial. Promoveu para os servidores da 1ª Cível o treinamento Desenvolvimento de Equipes. O treinamento foi ministrado pelo psicólogo Eliandro Araújo, que integra a equipe de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça.

A corregedora Anildes Cruz, prestigiou a abertura do evento e destacou que a CGJ optou por uma gestão de continuidade de boas práticas, porém, realizou alterações no foco de atuação da Comissão Sentenciante para obtenção de melhores resultados. “Nesta reformulação há um olhar voltado para o fator humano, por isso, a Comissão Sentenciante, nas unidades em que está atuando, busca estabelecer um ambiente integrado e motivado de trabalho”, ressaltou a desembargadora.

A CSI foi reformulada com alterações pontuais efetivadas pelo Provimento n.º 03/2016, que incluiu nas competências da Comissão o desenvolvimento de atividades previstas no Planejamento Estratégico da CGJ, buscando a redução do índice de congestionamento nas unidades judiciais.

Integração

CORREGEDORIA PRESENTE NO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA GGI-SSP

A Corregedoria Geral da Justiça, durante a 1ª reunião do Gabinete de Gestão Integrada em Segurança Pública do Maranhão (GGI-SSP/MA), discutiu a formatação do “Pacto pela Paz” criado no fim do ano passado com a aprovação do Projeto de Lei nº 275/2015.

O objetivo do pacto é concentrar e impulsionar iniciativas estatais e sociais que contribuam para a difusão de práticas para redução da violência e afir-

mação de uma cultura de respeito à lei e aos direitos humanos.

O juiz Gladiston Cutrim informou que a desembargadora Anildes Cruz, corregedora geral da Justiça, se colocou à disposição do gabinete, assim como das demais instituições presentes, para colaborar com as ações. “É necessário unir esforços para combater a violência de forma a garantir uma sociedade mais justa e humana”, afirmou o juiz.



Inédito



CORREIÇÕES VIRTUAIS INAUGURAM NOVO MOMENTO NA JUSTIÇA DE 1º GRAU

A Corregedoria Geral da Justiça implantou o projeto “Correições Virtuais” com objetivo de agregar rapidez e eficiência aos trabalhos da Justiça de 1º grau. A 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas Criminais de São Luís foram as primeiras unidades correicionadas eletronicamente. Os trabalhos são realizados no anexo administrativo da Corregedoria, na Rua Engenheiro Couto Fernandes, Centro.

A desembargadora conversou com a equipe do Núcleo Avançado de Correições Virtuais, acompanhou o exame da

tramitação de processos no Sistema de Gerenciamento Processual Themis Primeiro Grau (Themis PG) e se informou sobre o andamento das atividades.

A medida faz parte do Plano de Gestão da Corregedoria Geral da Justiça para o biênio 2016-2017. “Com o uso de ferramentas virtuais, estamos inaugurando um novo tempo no trabalho correicional na Justiça de primeiro grau, modernizando as nossas atividades com mais eficiência na gestão dos recursos humanos e tecnológicos”, destacou a desembargadora Anildes Cruz.

“

O foco do trabalho da correição virtual é o combate à morosidade processual. Com a ajuda das ferramentas tecnológicas, otimizamos os trabalhos da CGJ e auxiliamos o juiz na gestão da unidade judicial”

Anildes Cruz , Desembargadora

Imperatriz e Açailândia

CORREGEDORA DA JUSTIÇA RECEBE DEMANDAS DE JUÍZES DIRETORES

As demandas de 18 comarcas da Região Tocantina foram discutidas durante a primeira visita da corregedora Anildes Cruz a Imperatriz. A corregedora falou aos magistrados sobre os planos de sua gestão, estratégias e metas traçadas, que priorizam a aproximação do magistrado com a sociedade, ampliando o acesso à Justiça e voltando as ações para o desenvolvimento de projetos em diversas áreas de atuação.

A desembargadora disse que é necessário pensar métodos e práticas em um modelo de gestão em que cada magistrado funcione como gestor da meta traçada visando à melhoria dos serviços judiciários. “Embora não tendo os recursos e estruturas necessárias para uma melhor prestação jurisdicional, não deixamos de distribuir Justiça”, disse a desembargadora.

Durante a reunião, o diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Marcos Antonio Oliveira (2ª Vara Criminal), expôs algumas demandas relacionadas à manutenção do fórum local, como a necessidade de pintura do prédio e substituição da frota de veículos que servem aquela unidade judicial, onde



está localizada a maioria das varas judiciais da comarca, enquanto é concluída a construção do novo fórum.

Em seguida, vistoriou os serviços judiciários e as instalações do fórum da comarca de Açailândia. A corregedora esteve acompanhada do desembargador Fróz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária (UMF/TJ), dos juízes auxiliares Rosângela Prazeres e José Américo Abreu Costa, e do juiz vice-presidente da AMMA, Ângelo dos Santos.

A desembargadora percorreu as de-

pendências da unidade e avaliou as condições da estrutura do fórum com a finalidade de implementar o projeto de “audiências de custódia”.

A corregedora foi recebida pelo juiz André Bogéa Santos (2ª Vara Cível), diretor do fórum. Segundo o magistrado, a comarca possui um fórum modelo-padrão, em boas condições, mas necessita de obras de ampliação das dependências para abrigar mais duas varas criadas, mas ainda não instaladas: 2ª Criminal e Vara da Fazenda Pública. O Juizado Especial da comarca fica localizado em prédio alugado.



Campanha

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA APÓIA O “MARANHÃO CONTRA A CORRUPÇÃO”



“**M**aranhão Contra a Corrupção” é uma ação idealizada por juízes e promotores de Justiça do Estado do Maranhão convencidos de que o combate à corrupção é uma importante medida de prevenção a violações de Direitos Humanos. Além de buscar a responsabilização de gestores por atos de improbidade na gestão de recursos públicos, o grupo também concentra esforços em trabalhos e medidas de prevenção. O movimento recebeu apoio integral da Corregedoria Geral da Justiça

Os números finais do mutirão de julgamento de ações penais e de improbidade administrativas, movidas contra gestores e ex-gestores, resultado do trabalho desenvolvido em mais de 70 unidades judiciais, entre comarcas e varas, no período de 7 a 18 de março, movimentou mais de 1.500 processos.

Foram proferidas 216 sentenças, 181 decisões e realizadas 87 audiências. Em

valores, foram mais de 10 milhões de reais de condenações de ressarcimento ao erário, além de multas aplicadas a gestores e ex-gestores.

As atividades foram direcionadas às ações de crimes contra a administração pública.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, reconheceu publicamente o trabalho dos juízes de direito que participaram do “Movimento Contra a Corrupção”, atuando nos julgamentos do “Mutirão de Improbidade e Crimes Contra a Administração Pública”.

Por meio da Portaria nº 1234/2016, a corregedora considerou que esse ato caracteriza “elevado zelo pelo bom funcionamento e aperfeiçoamento da Justiça, amoldando-se, perfeitamente aos princípios constitucionais da eficiência”. A Portaria de elogio foi publicada no Diário da Justiça e passou a integrar os assentos funcionais dos magistrados.



Foram proferidas 216 sentenças, 181 decisões e realizadas 87 audiências. Em valores, foram mais de 10 milhões de reais de condenações de ressarcimento ao erário, além de multas aplicadas a gestores e ex-gestores.

Solidariedade



JUIZ RECEBE SOLIDARIEDADE DA CORREGEDORA DA JUSTIÇA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu no gabinete o juiz Alessandro Bandeira da comarca de Santa Inês, a quem prestou solidariedade. O magistrado foi vítima de agressões públicas em virtude de decisões proferidas em ações judiciais. A corregedora Anildes Cruz

reforçou as palavras de solidariedade ao juiz, e destacou que o magistrado Alessandro Bandeira honra e dignifica a Justiça maranhense. “O Poder Judiciário não irá se intimidar diante de ações que ameacem o Estado de Direito representado por juízes e juízas que integram a magistratura estadual”, afirmou a corregedora.

ENCOGE



CGJ-MA PRESENTE NO 71º ENCONTRO DE CORREGEDORES

O desembargador José Bernardo Rodrigues representou a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, no 71º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil (ENCOGE), em Cuiabá. O juiz Gladiston

Cutrim, coordenador do planejamento estratégico, e o diretor da CGJ-MA, Gustavo Costa Campos, participaram dos debates em torno da temática do encontro.

As novidades e implicações apresentadas com a chegada do Novo CPC tomaram a maior parte dos debates.

Facilidade

CEP PODE DEFINIR ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO JUIZADO CÍVEL

O Código de Endereçamento Postal (CEP) pode ser utilizado para definir a área de abrangência de Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís, quando as normas em vigor não indicarem o bairro da parte processual. A medida, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), vale para moradores de São Luís.

O Provimento nº 07/2016, editado pela Corregedoria, determina que - caso as disposições normativas do Tribunal de Justiça em vigor não sejam suficientes para definir a qual área de abrangência dos juizados especiais pertence determinada localidade - a solução decorrerá de consulta ao Código de Endereçamento Postal (CEP) que estiver no comprovante de endereço da parte.

“Com o surgimento de novos bairros na capital e a existência de dúvidas ou indefinições quanto à área de abrangência dos juizados especiais entre juízes, servidores, advogados e jurisdicionados, resolvemos disciplinar essa matéria”, explica a corregedora Anildes Cruz, pre-



sidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Maranhão.

Quando a consulta ao CEP disponível no endereço eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) não for suficiente para sanar a dúvida ou apontar bairro que não pertença à área de abrangência de qualquer juizado especial, a questão será resolvida pela Corregedoria.

Nesse caso, o juizado especial deve diligenciar à CGJ-MA, que expedirá provi-

mento estabelecendo, provisoriamente, a qual área de abrangência pertence o bairro em questão. Se a Corregedoria estabelecer que determinado bairro pertence, provisoriamente, a duas ou mais áreas, a escolha do juizado cabe ao autor da ação.

Quando o CEP for utilizado para resolver a pendência quanto à definição a qual área de abrangência pertence o endereço da parte, essa diligência deverá ser certificada nos autos, antes da publicação da sentença.

Presidência

TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI



Em março, o desembargador Tyrone José Silva tomou posse como presidente da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, que integra o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão.

No ato, a corregedora-geral Anildes Cruz enalteceu a atuação do desembargador, destacando o trabalho e a presteza no cumprimento das funções judicantes a ele confiadas. “É mais uma missão que certamente será bem desempenha-

da pelo desembargador”, afirmou a corregedora.

O desembargador Tyrone Silva agradeceu o convite e a confiança para o trabalho. “Prometo corresponder às expectativas da Corregedoria e da sociedade nessa nova função”, ressaltou o desembargador.

A coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Márcia Chaves, destacou o compromisso do desembargador empossado na entrega da prestação jurisdicional.

No mês de abril, a corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, determinou a reformulação do Código de Normas da CGJ em adequação ao novo Código de Processo Civil. Grupos de trabalho formados por cartorários e presididos por juízes, organizarão propostas de reformulação que irão constar de documento a ser apreciado pela Corregedora. A CGJ editou também o Provisamento N.º 10/2016 que determina o encaminhamento de criança ou adolescentes do interior do Estado para São Luís, apenas se houver vaga nas instituições e após autorização do Juízo da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís.

abril



Gestão compartilhada



CORREGEDORA PRESENTE NO CICLO DE DEBATES DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES

A corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, integrou a mesa de abertura do I Ciclo de Debates dos Notários e Registradores do Maranhão, realizado nos dias 15 e 16 de abril, no Fórum “Des. Sarney Costa”, em São Luís.

Ao discursar, a desembargadora Anildes Cruz destacou a iniciativa dos notários e registradores pelo debate sobre o aprimoramento e modernização dos serviços notariais e registraes do Maranhão. “Essa atitude demonstra a disposição em prestar um serviço célere e de qualidade nas diversas unidades extrajudiciais do estado”, ressaltou a corregedora.

Para Thiago Estrela, presidente da Associação dos Titulares dos Cartórios do Maranhão (ATC), a presença da corregedora no evento da categoria demonstra a intenção do Poder Judiciário trabalhar de forma compartilhada com os cartórios. “As ações da Corregedoria refletem diretamente no trabalho das serventias”, completou Thiago.

O desembargador Ricardo Dip (TJSP) proferiu a palestra inicial da noite. Com o tema “Usucapião Extrajudicial e o Registro Civil, Dip resgatou a historicidade dos tabeliães e notários ao longo dos séculos até o cenário atual. Pontuou avanços e desafios da modernidade.

Visita

DESEMBARGADOR DO TJSP VISITA A CORREGEDORIA



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu a visita do desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), Ricardo Henry Marques Dip. Na oportunidade, o desembargador paulista e a corregedora da Justiça do Maranhão conversaram sobre as serventias extrajudiciais (Cartórios), e assuntos referentes ao tema.

Ricardo Dip esteve em São Luís para proferir palestra no I Ciclo de Debates dos Notários e Registradores do Maranhão. O desembargador abordou o tema Registro Civil das Pessoas Naturais e Usucapião Extrajudicial.

Novo CPC

CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA EM ATUALIZAÇÃO



A reformulação do Código de Normas da CGJ em adequação ao novo CPC foi tema de reunião realizada na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). O objetivo é atualizar os itens que tratam dos serviços extrajudiciais (Cartórios).

Na reunião presidida pela corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, ficou acordado que as propostas de reformulação serão realizadas por grupos de trabalho. Essas equipes serão formadas por um juiz – que coordenará as atividades – e por pelo menos dois cartorários. De acordo com a

corregedora Anildes Cruz, a medida é importante em virtude da adequação das normas gerais da Corregedoria ao novo cenário jurídico-social trazido pelo novo Código de Processo Civil – CPC. “A implementação dos grupos de trabalho é mais um passo da gestão compartilhada desenvolvida pela Corregedoria”, explicou a desembargadora. As propostas sugeridas pelos grupos serão organizadas em um só documento, que será submetido à apreciação da CGJ-MA. Desse trabalho será extraída uma proposta de atualização da parte do código que trata da área extrajudicial.

Proteção

COMARCAS DEVEM ACOLHER CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO



“

Nesse caso, o encaminhamento para uma família substituta pode ser feito por meio de cooperação técnica com o Poder Executivo local, para implementação de programas como “Família Acolhedora”, “Apadrinhamento Afetivo” ou semelhantes.”

Anildes Cruz, corregedora

Pelo Provimento nº 10/2016, a Corregedoria determina que o encaminhamento de crianças ou adolescentes para a capital somente será efetivado se houver vaga nas instituições e após autorização do Juízo da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís.

A Corregedoria orienta ainda que deverão ser esgotados todos os meios legais de reinserção no ambiente familiar, após cessadas as causas de afastamento do ambiente familiar biológico. Não sendo possível a reinserção na família de origem, será verificada a possibilidade de inserção da criança ou adolescente em situação de risco em famílias substitutas.

“Nesse caso, o encaminhamento para uma família substituta pode ser feito por meio de cooperação técnica com o Poder Executivo local, para implementação de programas como “Família Acolhedora”, “Apadrinhamento Afetivo” ou semelhantes.

O objetivo é garantir a proteção integral à criança ou adolescente em situação de risco”, explicou a corregedora Anildes Cruz.

ECA - A medida da CGJ-MA considerou a dificuldade das equipes multiprofissionais avaliarem a situação familiar das crianças e adolescentes de outras localidades acolhidos institucionalmente em São Luís, o que impossibilita a verificação da reinserção na família biológica ou em famílias substitutas na sede do domicílio da criança e do adolescente acolhido.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o acolhimento familiar ou institucional deve ocorrer no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável, de modo a facilitar e estimular o contato da criança e do adolescente com a sua família de origem no processo de reinserção familiar.

Fórum de São Luís

CORREGEDORA INAUGURA GABINETE DE TRABALHO AVANÇADO

A corregedora Anildes Cruz inaugurou gabinete de trabalho avançando no Fórum de São Luís. Trata-se de uma sala onde, pelo menos uma vez por semana, a corregedora cumpre agenda de trabalho. Visitas às unidades judiciais são realizadas periodicamente.

Até abril a desembargadora Anildes Cruz havia realizado três vistorias para verificação das condições de funcionamento e índices de congestionamento processual.

Entre as unidades visitadas estão a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas da Fazenda Pública, em virtude de reclamações realizadas junto à CGJ-MA. Os magistrados apresentaram dados sobre as unidades e a grande demanda de trabalho nestes locais. Na 1ª Vara da Fazenda Pública, por exemplo, tramitam 9 mil processos para apenas 05 servidores e 01 juíza; na 2ª são 8 mil; na 3ª e 4ª e 5ª Varas, cerca de 7 mil processos cada.

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos; a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Varas Cíveis e 1ª Vara de Execuções Penais, também receberam a vistoria da corregedora.

A corregedora determinou medidas iniciais para a melhoria da prestação jurisdicional; a redistribuição da força de trabalho nas Varas e a recontagem dos autos, já que existe uma divergência entre o número físico de processos e a quantidade existente no sistema.

A Comissão Sentenciante Itinerante (CSI), da Corregedoria Geral da Justiça, foi designada para atuar - emergencialmente - em algumas dessas unidades visando reduzir o índice de congestionamento processual.

“Encaramos essa realidade cientes de que o número de juízes e servidores destas unidades não são suficientes para suprir a grande demanda de serviços que geram sobrecarga e desorganização nos espaços físicos, além de ocorrerem divergências na contagem manual de processos em relação aos números apresentados pelo sistema”, ressaltou a corregedora.

O juiz Sebastião Bonfim, diretor do Fórum de São Luís, tem oferecido o suporte necessário para a implementação de ações que buscam melhorias nas unidades judiciais.



“

Encaramos essa realidade cientes de que o número de juízes e servidores destas unidades não são suficientes para suprir a grande demanda de serviços que geram sobrecarga e desorganização nos espaços físicos, além de ocorrerem divergências na contagem manual de processos em relação aos números apresentados pelo sistema”

Anildes Cruz , Desembargadora

Óbitos

PLANTÃO DE ÓBITOS EM MUNICÍPIOS DA ILHA

As serventias extrajudiciais de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa publicaram cartazes com informações sobre os contatos - como os telefones de cada serventia das cidades citadas - em locais de acesso ao público, como delegacias, funerárias, nos fóruns, nos ônibus do transporte coletivo, nas prefeituras, câmaras de vereadores e nos próprios cartórios.

Esta ação faz parte de uma série de medidas que estão sendo adotadas pela Corregedoria Geral da Justiça em parceria com as Serventias Extrajudiciais,

para facilitar o acesso do cidadão aos serviços extrajudiciais, seja por via eletrônica, ou através de divulgação de informações.

DOCUMENTAÇÃO - Para o registro de óbito são necessários os dados do falecido e do declarante. Os dados do falecido são: Declaração de Óbito (DO), RG, CPF, título de eleitor e certidão de nascimento ou casamento. Já os dados do declarante são: RG e CPF. Além disso, deve ser informado se o falecido deixa filhos, bens e testamento.

CONTATOS:

Cartório do 2º Ofício de São José de Ribamar
98727-1001
98866-0017

Cartório do 2º Ofício de Paço do Lumiar
987899-6868
98298-4625
99988-1574

Cartório de Raposa
98115-9348/98134-6578

Correição

CORREGEDORIA DÁ INÍCIO ÀS CORREIÇÕES GERAIS NAS COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) determinou correições gerais ordinárias e extraordinárias nas comarcas do interior do Estado, com a finalidade de fiscalizar o andamento dos serviços da Justiça de 1º grau. Os trabalhos começaram pelas comarcas de Magalhães de Almeida, São Bernardo, Urbano Santos e Santa Quitéria.

Durante a correição, o atendimento às partes e advogados pela secretaria judicial, assim como os prazos processuais, não são suspensos, de modo a não comprometer o serviço forense.

O calendário de correições 2016 foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico (Edição nº 66/2016), de 13 de abril. A Portaria de nº 1286/2016, assinada pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, traz a lista com as datas e as unidades em que haverá correição e designa as juízas auxiliares da CGJ-MA, Rosângela Prazeres e Rosária Duarte, para presidir as correições.



Construindo a Justiça

CORREGEDORIA ABRE GESTÃO ESTRATÉGICA À POPULAÇÃO



A corregedora geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, lançou, em sessão da corte estadual, o projeto “Construindo a Justiça”, com a finalidade de viabilizar a participação popular na administração da Justiça de 1º grau, por meio de ideias para a elaboração e planejamento de projetos de gestão da Corregedoria.

Na apresentação do projeto no pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão, a desembargadora destacou que a participação de todo cidadão tem importância fundamental para o desenvolvimento de uma prestação jurisdicional plena, voltada para a sociedade em geral.

“Com esse projeto, pretendemos ampliar o acesso à Justiça, dando oportunidade a qualquer pessoa nos ajudar a construir um Judiciário mais atuante e mais eficiente, capaz de corresponder aos anseios da população”, disse a corregedora.

Alguns desembargadores se manifestaram em apoio ao projeto. O presidente do TJMA, Cleones Cunha, parabenizou a Corregedora e sua equipe pela iniciativa e expressou o apoio da direção do Tribunal, ressaltando a execução, sem custos, do projeto. “Os desembargadores são parceiros da Corregedoria em suas ações e projetos”, enfatizou.

Segundo o desembargador Joaquim Figueiredo dos Anjos, o projeto “se coaduna com o lema de gestão compartilhada” proposto pela Corregedoria. Para o desembargador Tyrone Silva,

o projeto é “oportuno, por envolver a sociedade na construção da Justiça”. Froz Sobrinho ressaltou que a proposta “representa a aproximação da Justiça ao cidadão”. Já o desembargador João Santana disse que o projeto “demonstra o compromisso da corregedora com o alcance e a causa da Justiça”.

Os juízes auxiliares da Corregedoria, Márcia Chaves (coordenadora dos juizados especiais), Gladiston Cutrim (coordenador de planejamento estratégico), Sara Gama e o diretor da secretaria, Gustavo Campos, acompanharam a apresentação do projeto no Pleno.

O Provimento nº 8/2016, da CGJ-MA, que instituiu o projeto no âmbito do Judiciário, assegura a participação do cidadão nas ações estratégicas da Justiça estadual, com a ressalva de que não haverá nenhuma compensação financeira pela contribuição.

INTERNET – Para participar, qualquer pessoa pode acessar o endereço da Corregedoria Geral da Justiça na internet (<http://www.tjma.jus.br/cgj/index>), clicar no banner do projeto “Construindo a Justiça” e preencher um formulário, explicando os principais detalhes da sua sugestão.

Após o preenchimento dos dados, um relatório com a proposta será enviado, automaticamente, para a Divisão de Projetos, Padronização e Rotinas da CGJ-MA, para apresentação e formatação. A ideia será analisada pela Coordenadoria de Planejamento da Corregedoria e, após, submetida à corregedora para deliberação.

O Provimento nº 8/2016, da CGJ-MA, que instituiu o projeto no âmbito do Judiciário, assegura a participação do cidadão nas ações estratégicas da Justiça estadual, com a ressalva de que não haverá nenhuma compensação financeira pela contribuição.

Reconhecer é Amar!

APOSENTADO FAZ RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE DE CINCO FILHOS ADULTOS



O aposentado José de Ribamar Silva, 75, morador de São Luís, procurou espontaneamente o Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), por meio do projeto “Reconhecer é Amar!”, para fazer o reconhecimento de paternidade de cinco filhos, todos adultos. Presentes na audiência, realizada em abril, os filhos e também a mãe, que mora no município maranhense de Alcântara. Visivelmente emocionados, após a audiência todos saíram juntos e foram para a casa do pai, no bairro Jaracati.

“Foi uma emoção muito grande. Não ter o nome do nosso pai na certidão de nascimento é como se estivesse faltando um pedaço da gente. Se já o amáva-

mos, com esse gesto dele passamos a amar mais ainda”, afirmou a feirante Célia Regina Diniz, uma das filhas que teve a paternidade reconhecida. “Agora temos também os nomes dos nossos avós paternos”, completou.

No Centro de Conciliação do Fórum de São Luís funciona o posto de atendimento do Projeto “Reconhecer é Amar!”, criado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão em 2012, com base no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O projeto vinha ocorrendo nas Varas da Família e agora é executado pelo Centro de Conciliação. No interior, o agendamento pode ser realizado no Fórum local.

PINHEIRO

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA PARTICIPA DE INSPEÇÃO EM PRESÍDIO



A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e a Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) participam de uma série de ações conjuntas que estão sendo desenvolvidas no interior do Estado com o objetivo de aprimorar a execução penal e garantir a adequada ressocialização do preso.

As ações foram realizadas junto à 1ª Vara da comarca de Pinheiro e se estenderam ao presídio local.

O juiz auxiliar da Corregedoria, Gladiston Cutrim, membro do Conselho Penitenciário Estadual, participou de uma inspeção

na Unidade de Ressocialização de Pinheiro, acompanhado da juíza titular da 1ª Vara, Tereza Palhares, que possui competência privativa para a execução penal.

Durante a inspeção foi constatado que, em geral, o presídio recém inaugurado atende às condições de humanização do sistema, com salas destinadas ao parlatório, assistência social, atendimento médico-odontológico, psicólogo e salas de aula, além de dispor de outros serviços para a garantia dos direitos dos presos. Quanto à assistência médico-odontológica, falta lotar pessoal pela Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Seap).

Enunciado

TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DECIDE QUE JUIZADO ESPECIAL NÃO SEGUIRÁ PRAZO DO NOVO CPC



O desembargador Tyrone Silva, presidente da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, que integra o Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, realizou a primeira reunião da Turma sob sua direção. Segundo o desembargador, a reunião ordinária decorreu em virtude de consultas formuladas pelos presidentes das Turmas Recursais do estado quanto a aplicação do artigo 219 do novo CPC nos Juizados

Especiais do Maranhão.

O Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE) emitiu Nota Técnica (n.º 01/2016), na qual externou posição pela inaplicabilidade do artigo 219 do CPC/2015 aos Juizados Especiais. O Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil também firmou posicionamento contrário à utilização do prazo deste artigo na Carta de Cuiabá, após o 71º Encontro (Encoge).

O Colegiado maranhense aprovou, por maioria, a não utilização do texto do art. 219 do novo CPC. “No Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão a forma de contagem dos prazos processuais será em dias corridos, não se aplicando a regra prevista no artigo 219 do CPC, ressalvados os casos expressamente previstos em Lei”, discorre o Enunciado n.º 9 aprovado na reunião da Turma de Uniformização.

Em maio, a corregedora Anildes Cruz prosseguiu vistoriando as unidades judiciais do Fórum de São Luís. As Varas Cíveis que possuem considerável índice de congestionamento foram priorizadas. Na 1ª Vara Cível, após atuação da Comissão Sentenciante Itinerante (CSI), foi ministrado um treinamento para os servidores da unidade com a proposta de melhoria das competências e aprimoramento das habilidades dos servidores. No dia 21 de maio a Corregedoria participou da 23ª Ação Global, na UFMA, oferecendo serviços à população.

maio



Fator humano

COMISSÃO SENTENCIANTE PROMOVE TREINAMENTO DE SERVIDORES



No fim de abril, a Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) promoveu, com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça, o treinamento Desenvolvimento de Equipes para servidores da 1ª Vara Cível da Capital, na ESMAM. A atividade encerrou a atuação da Comissão na unidade judiciária. O treinamento foi ministrado pelo psicólogo Eliandro Araújo, que integra a equipe de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça.

O palestrante desenvolveu dinâmica de grupo com os servidores abordando temáticas relacionadas às atividades diárias. O psicólogo ressaltou que o trabalho consiste no desenvolvimento de equipes a partir das percepções extraídas das unidades judiciárias nas quais atua a Comissão Sentenciante. “A proposta é trabalhar com os servidores e desenvolver competências das equipes, aprimorando habilidades e realizando o esclarecimento de dúvidas”, explicou.

Outro assunto abordado foi o desen-

volvimento da equipe com a inserção de temáticas como autoconhecimento, relacionamento interpessoal, postura profissional, técnicas de gerenciamento com dinâmicas e ampla participação.

A corregedora-geral da Justiça, Anildes Cruz, prestigiou o evento e destacou que a CGJ optou por uma gestão de continuidade de boas práticas, porém, realizou alterações pontuais no foco de atuação da Comissão Sentenciante para obtenção de melhores resultados. “Nesta reformulação há um olhar voltado para o fator humano, por isso, a Comissão Sentenciante, nas unidades em que está atuando, busca estabelecer um ambiente integrado e motivado de trabalho”, ressaltou a desembargadora.

Para a juíza auxiliar da CGJ e coordenadora dos trabalhos da CSI, Rosângela Prazeres, “a reorganização da força de trabalho em relação às demandas só é possível com desenvolvimento humano com foco no objetivo maior da organização”.

“

A proposta é trabalhar com os servidores e desenvolver competências das equipes, aprimorando habilidades e realizando o esclarecimento de dúvidas”

Eliandro Araújo psicólogo



Provimento n. 09/2016

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA CRIA DIVISÃO DE PROTEÇÃO



A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) instituiu a Divisão de Proteção Integral (DPI) junto à 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Ilha de São Luís.

A divisão é composta e coordenada por comissários de Justiça, responsáveis pelos procedimentos relativos à proteção integral de crianças e adolescentes, no sentido de evitar qualquer forma de violência, abuso, exploração, discriminação e negligência.

Os comissários são responsáveis, dentre outras atividades: pela emissão de autorização de viagem e hospedagem nacional; fiscalização de transporte intermunicipal e interestadual de crianças e adolescentes;

fiscalização de bares, restaurantes, boates e casas de show e inspeção de entidades de acolhimento. E, ainda, por acompanhar o processo administrativo de alvará judicial para participação e presença de crianças e adolescentes em apresentações folclóricas e artísticas nas cidades da área de abrangência da comarca.

O Provimento nº 9/2016 traz o detalhamento das atividades realizadas pela divisão, bem como do trabalho desempenhado pelos comissários de Justiça. Pareceres, requerimentos e decisões serão elaborados pelo Conselho Especial da Infância e da Juventude da CGJ-MA e pelo juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude da comarca da Ilha de São Luís.

Dia das Mães



MÃES SÃO HOMENAGEADAS

As mães magistradas, servidoras e terceirizadas que trabalham na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) foram homenageadas com programação especial em comemoração ao dia

das mães. Além de café da manhã, houve momento de oração e reflexão sobre a data, distribuição de rosas e sorteio de presentes oferecidos pelos servidores da CGJ para mais de 60 mães.

Projeto

CORREGEDORIA RECEBE DIRIGENTES DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB-MA



A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu em reunião o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Maranhão, Thiago Diaz, para tratar de assuntos diversos. O vice-presidente, Pedro Alencar da OAB-MA, também participou do ato.

Os representantes classistas abordaram temas como expedição de alvará judicial em ações judiciais; padronização de atos e carga de processos; trâmite processual; correições; presença de advogados nas mediações e conciliações no âmbito dos Tabelionatos de Notas, entre

outros assuntos.

A desembargadora Anildes Cruz prometeu analisar as reivindicações elencadas, e disse que compartilha com a Ordem algumas preocupações na relação advogados – magistrados. “Nossa gestão está centrada no estudo de meios e extensão de boas práticas para reduzir o congestionamento de processos nas unidades judiciárias do Estado”, enfatizou a corregedora.

O presidente Thiago Diaz ressaltou à corregedora que tem o compromisso de apurar todas as denúncias protocoladas na OAB sobre maus comportamentos de advogados que atentarem contra a ética profissional prevista no estatuto.

O vice-presidente, Pedro Alencar, parabenizou a corregedora pela postura proativa implantada na Corregedoria, buscando em primeiro lugar o diálogo para resolução dos problemas que acometem as unidades judiciais e que envolvem todos os interessados da sociedade civil organizada.

Projeto

CORREGEDORIA REATIVA PROJETO “JURADO VOLUNTÁRIO”



A Corregedoria Geral da Justiça reativou o “Projeto Jurado Voluntário”, instituído em 2008, para recrutar a participação de pessoas da comunidade, com notória idoneidade, interessadas em participar das decisões da Justiça criminal, por meio do Tribunal do Júri. Pelo projeto, os jurados podem participar do julgamento dos crimes dolosos contra vida, consumados ou tentados, ou qualquer outro crime que tenha conexão com um crime doloso contra a vida, nas sessões do Tribunal do Júri.

O projeto visa auxiliar os juízes na formação da lista de jurados para compor o Conselho de Sentença nas sessões de julgamento do

Tribunal do Júri. Para participar, os interessados devem atender às seguintes condições: ser cidadão brasileiro, maior de 18 anos; ter notória idoneidade; residir na comarca onde pretende atuar como jurado; estar em pleno gozo dos direitos políticos (ser eleitor) e não ter sido processado criminalmente.

Além de prestar um serviço público relevante, o voluntário tem algumas vantagens, como a preferência, em igualdade de condições, nas concorrências públicas; folga no trabalho no dia do comparecimento ao julgamento; benefícios acadêmicos (segundo a instituição de ensino conveniada) e direito à cela especial em caso de prisão.

AVANÇO

CERTIDÕES ELETRÔNICAS NA JUSTIÇA DE 1º GRAU

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou a expedição eletrônica de certidões negativas de distribuição das ações penais e de improbidade administrativa e para fins eleitorais no âmbito da Justiça de 1º grau do Estado, que até então eram emitidas presencialmente.

A proposta, encaminhada ao Pleno pela desembargadora Anildes Chaves Cruz, corregedora-geral da Justiça, foi aprovada por unanimidade pelos desembargadores na sessão plenária do dia 19 de maio.

A certidão emitida eletronicamente acusa a existência ou não de ações penais e de improbidade administrativa em tramitação, sobrestadas ou suspensas no Tribunal de Justiça, considerando os dados fornecidos na consulta, que são de exclusiva responsabilidade do usuário. E evita o deslocamento de interessados aos fóruns judiciais para solicitação do documento.

Anteriormente, as certidões eram emitidas de forma presencial nas comarcas. Com o novo sistema, a certidão pode ser

emitida de qualquer lugar, imediatamente, e em quantas vias forem necessárias, evitando deslocamento e perda de tempo pelo interessado.

Desde 2014, a Justiça de 2º Grau já utilizava o sistema que agora passa a funcionar no 1º Grau. Na avaliação da corregedora, há uma crescente demanda pela expedição de certidões nas comarcas que justifica estender essa facilidade ao 1º grau da Justiça, gratuitamente. “Verificamos a possibilidade de extensão desse serviço ao usuário da Justiça de 1º grau, pela praticidade do acesso à informação”, justificou a desembargadora Anildes Cruz.

ALTERAÇÃO – para implantação da certidão eletrônica da Justiça de 1º grau, a corregedora Anildes Cruz propôs alteração na Resolução n.º 14/2014, com a inclusão do novo serviço. Desse modo, para emissão da Certidão Única da Justiça Estadual do Maranhão, as buscas serão realizadas nos sistemas: Themis PG, SG, VEP/CNJ e PJE



Direitos humanos

CORREGEDORA DA JUSTIÇA RECEBE REPRESENTANTES DA SMDH

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu representantes da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), que solicitaram a implantação de projeto para o acompanhamento das audiências de custódia. Para a SMDH, questões como superpopulação carcerária, torturas, lesões corporais, arbitrariedade policial e a identificação das falhas que ocorrem a partir da prisão até a manutenção ou não dessa medida pelo magistrado serão conhecidas e devidamente identificadas com o advento do projeto. Com isto, as arbitrariedades seriam reduzidas, permitindo, por exemplo, o avanço na ressocialização do preso. Segundo o advo-

gado Luís Antônio Pedrosa, do Conselho Diretor da SMDH, o projeto acompanharia, através de advogados estagiários, as audiências de custódia realizadas pelas Varas criminais do Estado.

A desembargadora informou ao representante da SMDH, que em janeiro deste ano reuniu com os integrantes do Sistema de Segurança do Estado para tratar das propostas que visam regulamentar as audiências de custódia no Maranhão. “As audiências de custódia já são uma realidade em todo o Estado, mesmo assim, queremos ouvir todas as instituições envolvidas neste processo, para juntos, de forma compartilhada, encaminhar a melhor decisão”, afirmou a corregedora.



Mutirão

AÇÃO CONJUNTA DO PODER JUDICIÁRIO REALIZA SEMANA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu das mãos da juíza Karla Jeane de Carvalho - titular da 2ª Vara de Coelho Neto e integrante da Coordenadoria da Infância e Juventude - camisa alusiva à Semana da Infância que ocorreu em todo o Estado, com o julgamento prioritário de ações que envolvem violência e abuso a crianças e adolescentes e direitos infanto-juvenis.

O evento é realizado pela Coordenadoria de Infância e Juventude do TJMA em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). Foram realizadas audiências e julgamentos em 400 processos judiciais, além da promoção de atividades lúdicas.

A juíza Karla Jeane disse que o apoio da Corregedoria tem sido fundamental no desenvolvimento e avanço de ações desse tipo em todo o Maranhão.

A corregedora Anildes Cruz ressaltou que o Poder Judiciário deve dar especial atenção à proteção que crianças e adolescentes em situação de risco. “A Corregedoria está totalmente envolvida com a causa que é muito importante para a sociedade”, destacou a desembargadora.



O desembargador José de Ribamar Castro, presidente da Coordenadoria, enfatizou que a Semana da Infância é um incentivo para o julgamento dos processos relacionados a esse tema, e a oportunidade de divulgação das práticas adotadas pelo Judiciário maranhense em prol dessa causa social.

Mais de 30 juízes de todo o Estado participaram das ações desenvolvidas.

Reconhecimento

CORREGEDORA ANILDES CRUZ RECEBE HOMENAGEM DA ADEPOL-MA



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu representantes da Associação dos Delegados do Estado do Maranhão (ADEPOL). Os dirigentes classistas homenagearam a corregedora em reconhecimento aos relevantes serviços prestados aos delegados de Polícia Civil do Maranhão.

O presidente da ADEPOL, Marconi Chaves, entregou Diploma e Medalha de Honra ao Mérito à corregedora Anildes Cruz, que agradeceu e disse sentir-se muito honrada com a deferência.

Também estiveram presentes pela ADEPOL, o vice-presidente Lucas Ribeiro, e o diretor de finanças, José Milênio.

Família

CORREGEDORIA VAI IMPLANTAR SALA ÚNICA PARA CONCILIAÇÃO



A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, reuniu com as juízas das Varas de Família de São Luís, Joseane Bezerra (3ª Vara), Maria do Socorro Carneiro (5ª Vara) e Francisca Galiza (4ª Vara). No encontro, foi discutido a implantação da Sala Única de Conciliação das Varas de Família.

O objetivo da Corregedoria é centralizar as audiências dessas unidades em um único espaço, atendendo dispositivo do novo Código de Processo Civil, que prevê em seu artigo 694: “Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação”. A desembargadora Anildes Cruz ressaltou que a

busca da mediação extrajudicial ou atendimento multidisciplinar será objeto de esforço da CGJ para dirimir conflitos de famílias. “Para efetivarmos a audiência de mediação e conciliação, buscaremos – inclusive – parceria com as faculdades para que acadêmicos dos cursos de Direito (estagiários) exerçam esse importante papel à sociedade”, disse a corregedora.

Para a juíza Joseane Bezerra, o ambiente único para conciliação de partes familiares em conflitos é uma excelente iniciativa da Corregedoria da Justiça do Maranhão, onde atuarão conciliadores capacitados pelas respectivas unidades judiciais. “As causas familiaristas, com suas subjetividades, exigem um trabalho de alcance diferenciado, pois, além dos autos, existem vidas que necessitam de reorientação especial”, defendeu a magistrada.

PAD

CORREGEDORIA DISPONIBILIZA CARTILHA INFORMATIVA SOBRE PAD

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) disponibilizou a cartilha “Modelo de Processo Administrativo Disciplinar”, com informações úteis para o trabalho dos magistrados na apuração da responsabilidade disciplinar pela prática de infrações funcionais por servidores e delegatários de serventias extrajudiciais.

A publicação contém modelos de portarias de instalação de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD); ofícios; termos; certidões; intimações e informações referentes ao correto trâmite do Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) - da instalação até a decisão final do processo.

O lançamento oficial da cartilha ocorreu na sessão administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, quando a corregedora-geral da Justiça, Anildes Cruz,

apresentou o documento aos desembargadores. “Compartilhando ideias, decisões e informações como essas, é que iremos avançar rumo ao propósito maior que é a plena distribuição da Justiça”, explicou a corregedora.

A cartilha foi elaborada pela juíza Sara Gama, auxiliar da CGJ-MA e responsável pelos serviços extrajudiciais e pelo assessor Lourival Ramos Júnior, com o auxílio de servidores da Comunicação da Corregedoria e do TJ.

Segundo a juíza Sara Gama, a edição da cartilha foi motivada por pedidos dos juízes de direito sobre modelos de procedimentos que pudessem auxiliar o trabalho disciplinar dos magistrados. “A ideia é compilar peças de ordem prática, em forma de roteiro, para facilitar e agilizar a tramitação das atividades disciplinares”, explicou a auxiliar da Corregedoria



AÇÃO GLOBAL



CGJ INSCREVE PARA CASAMENTO COMUNITÁRIO NA 23ª AÇÃO GLOBAL

Representando o Poder Judiciário do Maranhão, a Corregedoria Geral da Justiça participou da 23ª Ação Global na Cidade Universitária da UFMA (Bacanga). No evento, a CGJ-MA abriu as inscrições para o casamento comunitário de São Luís, expediu Certidão de Nascimento e apresentou diversos outros projetos especiais para a população maranhense.

A inscrição para o casamento comunitário de São Luís foi um dos serviços mais procurados na Ação Global deste ano. A Corregedoria disponibilizou espaço de atendimento ao público no Pavilhão da Cidadania, instalado no Centro Pedagógico Paulo Freire.

Além do casamento comunitário e expedição de Certidão de Nascimento, a CGJ-MA apresentou aos participantes da Ação Global deste ano os projetos “Jurado Voluntário” que cadastra interessados em participar das sessões do Tribunal do Júri; “Reconhecer é Amar” que orienta e encaminha os pais interessados em reconhecer a paternidade dos seus filhos; e “Construindo a Justiça”, que garante a participação de todos na elaboração de ideias e outros projetos de relevante valor para o cidadão e na construção de um Judiciário mais célere e eficaz. Todos gratuitos.

A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, acompanhou os trabalhos realizados pelos servidores da

CGJ e Cartórios parceiros. “O Poder Judiciário - representado neste momento pela Corregedoria - está mais perto da população oferecendo serviços de relevante valor social”, ressaltou a corregedora.

A desembargadora foi recebida pelos organizadores da Ação Global, Roseli Ramos, superintendente do Sesi-MA; Edilson Baldez, presidente da FIEMA; Rômulo Barbosa, representante do Sistema Mirante - Rede Globo; Nair Portela, reitora da UFMA; Tati Lima, representante da Prefeitura de São Luís; e José Joaquim, vereador de São Luís.

Os juízes auxiliares da Corregedoria, Gladiston Cutrim, José Américo Costa, Rosária Duarte e Márcia Chaves; os registradores das Zonas de Pessoas Naturais de São Luís, Rosseline Rodrigues (2ª); Margarida de Jesus (3ª); Enoch Ribeiro (4ª); e Núbia Silva (5ª), e o diretor da Secretaria da CGJ-MA, Gustavo Campos, também estiveram presentes durante o dia contribuindo com a Ação Global.

O desembargador Raimundo Barros, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), e o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, também visitaram a corregedora Anildes Cruz no espaço da CGJ no evento.

AÇÃO GLOBAL - A Ação Global nacional é uma parceria da Rede Globo com o Sesi que promove um mutirão de

serviços em prol da cidadania em todo o país. A iniciativa ocorre em todos os Estados e no Distrito Federal. Em 22 edições, a Ação Global já prestou mais de 45 milhões de atendimentos. Em São Luís o evento acontece na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e conta com a presença de mais de 150 parceiros, entre eles, o Poder Judiciário através da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

A CGJ inscreveu número recorde de pessoas para o projeto “Casamentos Comunitários”. O projeto cadastrou 351 casais em apenas um dia de evento. Na última edição, em 2015, foram inscritos 175 casais.

No posto montado pela Corregedoria, 80 colaboradores, entre funcionários dos cartórios e da Corregedoria trabalharam no atendimento ao público, das 8h às 18h, prestando informações, cadastrando interessados e encaminhando solicitações sobre os projetos especiais da Justiça estadual.

Os casamentos comunitários são promovidos pela Corregedoria e celebrados gratuitamente pelos juízes de direito das comarcas desde setembro de 1998, quando foram criados pelo então corregedor, desembargador Jorge Rachid. A primeira cerimônia foi realizada em São Luís, em seguida, expandida para todas as comarcas do Estado, beneficiando milhares de casais de todas as idades e condição social.

Juízes

NOVOS JUÍZES ENTRAM EM EXERCÍCIO PERANTE A CORREGEDORA DA JUSTIÇA

Os juízes Nelson Luiz Dias Dourado Araújo, Cinthia de Sousa Facundo, Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva, Bruno Barbosa Pinheiro e Danilo Mendes de Santana, nomeados pelo presidente do TJ, assinaram os Termos de Exercício perante a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

Os juízes Nelson Luiz Araújo, Cinthia Facundo, Arianna de Carvalho Saraiva e Bruno Pinheiro vão atuar, respectivamente, na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Zonas Judiciárias com sede na comarca de Imperatriz; já o juiz Danilo de Santana foi designado para a 5ª Zona Judi-

ciária com sede na comarca de Açailândia.

Durante a assinatura dos termos, os juízes destacaram o longo caminho percorrido e a árdua jornada enfrentada para a concretização dos sonhos alcançados. Os magistrados prometeram ainda, honrar o Poder Judiciário do Maranhão.

A corregedora Anildes Cruz parabenizou os juízes e disse que se tratava de momento único na vida profissional dos magistrados. “Diversos desafios vão surgir no dia a dia de trabalho nas comarcas, mas eles servirão, sem dúvidas, para a evolução das vossas carreiras,” enfatizou a corregedora.



Acompanhamento



FORMAÇÃO CONTINUADA DOS JUÍZES EM VITALICIAMENTO

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, abriu o curso “Práticas de Inspeção em Serventias Extrajudiciais” destinado à formação continuada dos juízes em vitaliciamento.

A corregedora apresentou aos juízes o palestrante André Villaverde Araújo, mestre em Teoria do Direito e do Estado (UNIVEM-Marília/SP), Tabela do 36º Ofício de Notas da capital do Rio de Janeiro e autor

do livro “2ª Fase para concursos de cartórios”. “O exercício da magistratura requer esforço e dedicação, principalmente, na busca da atualização jurídica, essencial para o labor do magistrado”, ressaltou a corregedora Anildes Cruz.

Segundo o palestrante André Villaverde, o curso permitirá aos magistrados a obtenção e conhecimento dos parâmetros e procedimentos para melhor análise do funcionamento dos cartórios.

Juizados

CORREGEDORIA CORREICIONA JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO

As correições gerais ordinárias e extraordinárias nos juizados especiais do Estado aconteceram durante todo o primeiro semestre de 2016.

O 1º Juizado Cível e das Relações de Consumo de São Luís; Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Inês; de Paço do Lumiar; Juizado Especial do Trânsito de São Luís, entre outros, já foram correicionados.

Segundo a juíza Márcia Chaves, as correições aconteceram em clima de “absoluta tranquilidade, com análise diária, em média, de 80 processos, dentre físicos criminais e cíveis, e eletrônicos (Projudi e PJe)”.

Além dos processos, a equipe da CGJ-MA realiza inspeção em todas as dependências dos prédios que abrigam os juizados, visando identificar as suas reais condições, além dos equipamentos que guarnecem a unidade. Após o encerramento das correições serão elaborados relatórios individualizados e circunstanciados por Juizado, dos trabalhos e fatos constatados durante sua realização.

A lista completa das unidades jurisdicionais, com data e tipo da correição – ordinária ou extraordinária – consta no anexo da Portaria nº 1361/2016, assinada pela corregedora geral da Justiça.



A “Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente” realizada em junho, rendeu resultados positivos na Justiça de 1º grau, impulsionando cerca de 1700 processos, entre cíveis e criminais. Ainda nesse mês, a Corregedoria lançou a Central Única de Cartórios do Maranhão, que visa modernizar os serviços cartoriais à população.

junho



Meio ambiente

SEMANA ESTADUAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO MEIO AMBIENTE



A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, apresentou a parceiros institucionais, o projeto da “Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente”. O evento comemorou o “Dia Mundial do Meio Ambiente” - 5 de junho - e ocorreu de 6 a 10 de junho, com o julgamento prioritário de ações relativas aos crimes ambientais na Justiça estadual.

O projeto recebeu a parceria do Ministério Público Estadual; Polícia Rodoviária Federal; IBAMA; do Planejamento Estratégico do TJMA; e do Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça.

“A ideia foi unir esforços da Corregedoria da Justiça, do Ministério Público, da Polícia Rodoviária Federal e do IBAMA em torno da iniciativa para agilizar a tramitação das ações judiciais referentes às questões ambientais, na Justiça estadual” frisou a corregedora Anildes Cruz.

Dentre as ações em tramitação foram identificadas questões referentes aos crimes contra a fauna e flora, poluição, agrotóxicos, zona de preservação, saneamento, mineração, caça e pesca.

O juiz Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico da CGJ-MA informou que a proposta da Semana decorreu das discussões do Gabinete de Gestão Integrada do Executivo estadual, acerca das dificuldades encontradas no

acesso às ações ambientais que tramitam no Poder Judiciário.

PROCESSOS - Segundo levantamento da coordenação do Planejamento Estratégico da CGJ-MA, 1.739 processos relacionados à causa ambiental estão em tramitação nas comarcas do Estado, sendo 1.164 criminais e 575 cíveis. Do total, São Luís concentra 310 ações: 196 criminais e 114 cíveis.

Com o apoio de juízes de todo o estado, foram 361 despachos, 90 decisões e 88 sentenças prolatados; 110 audiências realizadas; 112 processos arquivados; e outros 461 conclusos ao magistrado. A ação teve por objetivo o impulsionamento de processos relativos aos crimes ambientais na Justiça Estadual e está alinhada às metas do Poder Judiciário (2016/2020), que prevê o fomento de ações institucionais e promoção da responsabilidade socioambiental.

Entre as decisões prolatadas durante a Semana, houve proibição de derrubada de babaçu e determinação de recolhimento de animais soltos nas ruas (São Luís Gonzaga) e determinação de desativação de lixões (Coelho Neto e Duque Bacelar). Houve também decisões proferidas em Chapadinha e Itapecuru-Mirim. Foram realizados ainda concurso de redação e plantio de árvores na Comarca de Colinas,

além de palestra em escola (Tutóia). Em São Luís, além dos julgamentos de ações ligadas ao tema, exposições e oficinas realizadas no Fórum Desembargador Sarney Costa integraram as ações da Semana do Meio Ambiente.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A iniciativa da Corregedoria segue recomendações nº 11/2007 e 27/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que orientam sobre a inclusão de práticas socioambientais nas atividades rotineiras dos tribunais de Justiça. No planejamento estratégico nacional, a Responsabilidade Socioambiental é considerada um “atributo de valor para a sociedade”.

A ação teve por objetivo o impulsionamento de processos relativos aos crimes ambientais na Justiça Estadual e está alinhada às metas do Poder Judiciário (2016/2020), que prevê o fomento de ações institucionais e promoção da responsabilidade socioambiental.

Semana do Meio Ambiente

CORREGEDORA PARTICIPA DO I SEMINÁRIO “JUSTIÇA E MEIO AMBIENTE”



A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou da abertura do I Seminário “Justiça e Meio Ambiente”. O evento é uma iniciativa do Poder Judiciário do Maranhão, através da ESMAM, CGJ-MA, TJMA e demais parceiros. O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha e o governador do Estado, Flávio Dino, também participaram do evento.

A corregedora Anildes Cruz afirmou que o enfrentamento de questões que envolvem a degradação do meio ambiente deve ser feito conjuntamente, e que somente a união de esforços dos Poderes constituídos poderão resultar em ações positivas como a realização do Seminário “Justiça e Meio Ambiente” e Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente. “Durante a Semana do Meio Ambiente, uma força tarefa do Judiciário priorizará o julgamento ou andamento de ações referentes a crimes diversos contra a fauna e a flora, poluição, agrotóxicos, saneamento, exploração mineral, entre outros”, pontuou a corregedora.

Durante a cerimônia o governador

Flávio Dino fez o lançamento do Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos. O governador destacou que os recursos do fundo - oriundos das multas estabelecidas pela Justiça nas ações promovidas pelo Ministério Público - serão destinados aos investimentos necessários à modernização tecnológica, capacitação e aparelhamento dos órgãos que atuam na defesa dos direitos difusos e coletivos. O gerenciamento do fundo será incluído no Portal da Transparência do Estado. “Uma gestão participativa, compartilhada com os demais Poderes e a sociedade civil farão o gerenciamento do Fundo de Interesses Difusos e Coletivos”, ressaltou o governador.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, enfatizou as ações do Poder Judiciário maranhense como momento de conscientização para as questões de meio ambiente. Parabenizou toda a magistratura de 1º Grau em nome dos juízes presentes. O presidente parabenizou ainda os promotores de Justiça pelos trabalhos desenvolvidos que resultaram no seminário e na semana do meio ambiente.

“

o enfrentamento de questões que envolvem a degradação do meio ambiente deve ser feito conjuntamente, e que somente a união de esforços dos Poderes constituídos poderão resultar em ações positivas como a que acontece com a realização do Seminário “Justiça e Meio Ambiente” e Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente.”

Aniles Cruz corregedora

Saúde mental e Direito

CORREGEDORA PARTICIPA DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou da 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental e Direito, com o tema central “Construindo Interfaces, Concretizando Direitos”. O evento realizado no Fórum de São Luís foi promovido pela Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF/TJMA) e Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). A conferência é direcionada a magistrados e

servidores do Poder Judiciário e trabalhadores da área da saúde mental que integram a Rede de Atenção Psicossocial do Maranhão. Além de palestras, mesas redondas e oficinas ministradas por especialistas com produção acadêmica na área da saúde mental e Justiça criminal foram realizadas. A terceira edição da Conferência Nacional de Saúde Mental congregou operadores jurídicos e médicos psiquiatras que buscam soluções conjuntas para as dificuldades práticas que envolvem as duas atividades.

Solidariedade

CGJ DOA UMA TONELADA DE PAPEL EM BENEFÍCIO DO HOSPITAL ALDENORA BELLO

A Corregedoria Geral da Justiça, através da Divisão de Controle e Gestão Documental (Arquivo), realizou a entrega de mais de uma tonelada de material reciclável ao projeto ECOCEMAR, promovido pela Companhia Energética do Maranhão. A renda dessa doação será abatida na conta de energia do Hospital Aldenora Bello, maior referência no tratamento do câncer no Maranhão.

De acordo com Maykon Nunes, Chefe da Divisão de Controle e Gestão Documental, os papéis rasgados e triturados, dispostos em 14 volumes de grande porte (caixas) foram separados para reciclagem junto à CEMAR. “Esses documentos são ofícios, memorandos, portarias e de outra natureza, confeccionados no período de 2011 a 2015 e que já se encontram disponíveis, anexados, nos processos administrativos

no DIGIDOC para consulta, ocorrendo dessa forma a duplicidade entre papéis físicos e digital”, ressaltou Maykon.

Sobre o projeto - O projeto ECOCEMAR, criado em maio de 2011, consiste na troca de resíduos recicláveis por bônus na fatura de energia elétrica. Atualmente está presente nos municípios de São Luís, Paço do Lumiar e Imperatriz. Além de organizar um programa de coleta seletiva de resíduos com valor de mercado, os objetivos do programa são: contribuir na preservação do meio ambiente; e oferecer alternativas para o pagamento das faturas.

Clientes comerciais ou industriais não podem acumular descontos para sua própria conta de energia, mas podem doar o resíduo de seus processos e direcionar o bônus gerado para uma



instituição beneficente ou para qualquer conta contrato residencial. No caso da Corregedoria Geral da Justiça a instituição foi o Hospital Aldenora Bello.

Inédito

CORREGEDORIA LANÇA A CENTRAL ÚNICA DOS CARTÓRIOS DO MARANHÃO

A Corregedoria Geral da Justiça lançou, no dia 17 de junho, a Central Única dos Cartórios do Maranhão durante o II Ciclo de Debates dos Notários e Registradores do Maranhão, realizado no Centro Administrativo do TJMA.

A Central Única de Serviços Eletrônicos Compartilhados, mantida pela Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA), foi criada para centralizar as informações das serventias extrajudiciais do Maranhão, conforme determina o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos Provimentos nº 46, 47 e 48, e Provimento nº 13/2016 da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA). A central disponibilizará os serviços de pesquisa eletrônica, certidões online, protocolo eletrônico e indisponibilidade de bens.

Para o juiz Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), que representou a corregedora Anildes Cruz no evento, a central dos cartórios é fruto de um esforço conjunto da Corregedoria com os cartórios do Maranhão, visando dispor às serventias os meios tecnológicos que possibilitem a melhoria da prestação de serviços aos cidadãos usuários e a busca de informações, agilizando a solicitação de certidões e outros documentos gerados eletronicamente.

“Em janeiro a corregedora e sua equipe aceitaram o desafio de lançar a central dos cartórios com o objetivo de modernizar os serviços cartoriais do Maranhão, e hoje, graças ao modelo compartilhado de gestão adotado pela Corregedoria em parceria com notários e registradores, foi possível concretizar esse avanço com a chegada da central”, pontuou Gladiston Cutrim.

Na ocasião, a corregedora Anildes Cruz e o juiz Gladiston Cutrim foram homenageados com a concessão de uma placa em reconhecimento ao esforço e trabalho compartilhado junto à classe Notarial e Registral para a implantação da Central Única de Serviços Eletrônicos Compartilhados do Maranhão.

CENTRAL ÚNICA - Para a efetiva



prestação dos serviços e segurança dos dados transmitidos, a Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA) contratou a empresa especializada Light Tecnologia da Informação e criou a marca Cartórios Maranhão, responsável pela operacionalização do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis no Estado do Maranhão, previsto pela Lei nº 11.977/2009, que impõe a integração das Serventias de Registro de Imóveis ao universo tecnológico de registro eletrônico. Assim, os usuários poderão apresentar títulos e documentos para registro mediante utilização da Cartórios Maranhão, com a comodidade das ferramentas digitais disponíveis, sem ter que se deslocar fisicamente ao cartório.

AValiação - Notários de todo o Maranhão prestigiaram o evento de lançamento da Central Única de Cartórios. Ana Lúcia, do Ofício Único da cidade de Jatobá, ressaltou que a Corregedoria e os registradores do Estado dão um grande passo para a modernização dos serviços dos cartórios, principalmente, no quesito regularização fundiária.

Para o substituto do 1º Ofício de São José de Ribamar, Clemilson Moura, a

implantação da Central dos Cartórios eliminará excessos burocráticos e agilizará procedimentos. Já para Henrique Vieira, escrevente e representante do titular do 1º Ofício de Paço do Lumiar, a Central de Cartórios dará maior agilidade no atendimento e a população será a maior beneficiada.

A corregedora Anildes Cruz e o juiz Gladiston Cutrim foram homenageados com a concessão de uma placa em reconhecimento do esforço e trabalho compartilhado junto à classe Notarial e Registral para a implantação da Central Única de Serviços Eletrônicos Compartilhados do Maranhão.

Cidadania

3ª VARA DA FAMÍLIA DE SÃO LUÍS CELEBRA CASAMENTO COMUNITÁRIO NA VILA CASCAVEL



A 3ª Vara da Família de São Luís celebrou, com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), casamento comunitário de 60 casais no bairro Vila Cascavel. O casamento solicitado pela Igreja Assembleia de Deus foi celebrado pelos juízes Joseane Correia Bezerra, titular da 3ª Vara da Família de São Luís, e André Ewerton Martins, titular da Comarca de Morros. O casamento ocorreu na Igreja Assembleia de Deus localizada na Vila Cascavel. Os casais lotaram o templo, local onde receberam as últimas instruções sobre a celebração e, assinaram, ao lado das testemunhas, o livro de registro.

A juíza Joseane Bezerra abriu a solenidade ressaltando a importância da regularização conjugal dos casais, muitos dos quais já vivem juntos por mais de uma década, destacando que o Poder Judiciário almeja alcançar os anseios da população que necessita desse direito, mas não tem condições financeiras de arcar com as despesas cartorárias.

“A partir dos casamentos que realizamos

no Fórum, as igrejas acabam solicitando casamentos comunitários, além daqueles realizados anualmente pela Corregedoria da Justiça do Maranhão”, ressaltou Joseane Bezerra.

Para o diácono da igreja, Clelson Alves, as expectativas foram alcançadas, pois conseguiram unir os 60 casais na forma da lei e gratuitamente. “A importância do projeto Casamentos Comunitários para a sociedade se traduz na realização de sonhos, como este que acontece para essas 120 pessoas e seus familiares nesta noite” concluiu o diácono.

A celebração do casamento foi a oportunidade para Carlos Henrique e Maria Cristina, juntos há 6 anos, com dois filhos, oficializarem a união perante a Justiça. Milena Alves e Edivaldo Silva, de 18 e 24 anos, respectivamente, também aproveitaram a oportunidade para casar após três anos de namoro.

Além dos juízes Joseane Bezerra e André Martins, os atos de celebração do casamento também tiveram a participação da juíza de paz, Ana Paula Carvalho.

“

A importância do projeto Casamentos Comunitários para a sociedade se traduz na realização de sonhos, como este que acontece para essas 120 pessoas e seus familiares nesta noite”

Clelson Alves diácono

Celeridade processual

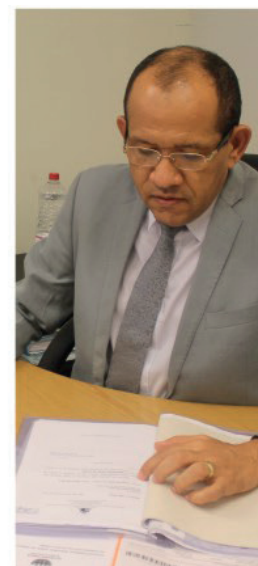
DADOS RETRATAM ATUAÇÃO DA COMISSÃO SENTENCIANTE NAS VARAS CÍVEIS DA CAPITAL

O trabalho da Comissão Sentenciante Itinerante, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), está contribuindo para maior celeridade e resolutividade nas demandas processuais da 2ª Vara Cível de São Luís. A comissão, composta por juízes auxiliares, recebeu, em um mês, 1.285 processos daquela vara e analisou 790, proferindo 500 sentenças, 31 despachos e 259 decisões. O objetivo é impulsionar os processos nas unidades judiciais com maior taxa de congestionamento, com a devida entrega da prestação jurisdicional à sociedade.

“Procuramos sanear o processo, resolvendo questões processuais pendentes. Nosso objetivo é proferir a sentença de mérito. Procuramos solucionar o litígio, dando uma resposta ao jurisdicionado”, afirmou o juiz Clésio Coelho Cunha, integrante da comissão. A próxima unidade a receber o apoio da comissão será a 3ª Vara Cível. Depois será a vez da 7ª Vara Cível da capital. Esse mesmo trabalho já foi realizado na 1ª Vara Cível, nos meses de março e abril deste ano, quando foram impulsionados 1.426 processos, dos quais 821 despachos, 274 decisões e 331 sentenças.

A escolha das unidades para receber o apoio da Comissão Sentenciante se dá após realização de diagnóstico da realidade da demanda judicial das Varas Cíveis da Comarca da Ilha de São Luís, considerando aquelas com maior taxa de congestionamento. Na definição das primeiras quatro varas eleitas foram levados em consideração a base de dados do acervo geral, processos conclusos (há mais de 100 dias), Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e taxa de congestionamento apresentados por meio de gráficos comparativos de dados quantitativos, dentre outros aspectos.

Clésio Coelho Cunha destacou a importância do apoio dado pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e pelo diretor do Fórum de São Luís e coordenador da Comissão Sentenciante, juiz Sebastião Bonfim, aos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano. A corregedora Anildes revitalizou e deu



novo foco à comissão, criada na gestão anterior, além de disponibilizar assessores e uma equipe de servidores para compor comissão. O diretor do fórum, conforme destaca Clésio Coelho, vem dando todo o apoio necessário, contribuindo de forma significativa para os resultados alcançados pela comissão.

RECONHECIMENTO - Clésio Coelho Cunha afirmou que os resultados alcançados pela equipe têm sido destacados, principalmente por advogados e pelas partes. No início deste mês, a Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão encaminhou à Comissão Sentenciante um documento recebido no setor, em que um manifestante elogia o trabalho desempenhado pelos magistrados da comissão, onde ele afirma que “suas decisões são tecnicamente muito boas”, diz a manifestação. O juiz acrescentou, ainda, que há também uma boa receptividade por parte dos advogados. “E isso é muito importante, pois sem o advogado não se tem justiça”, acrescentou.

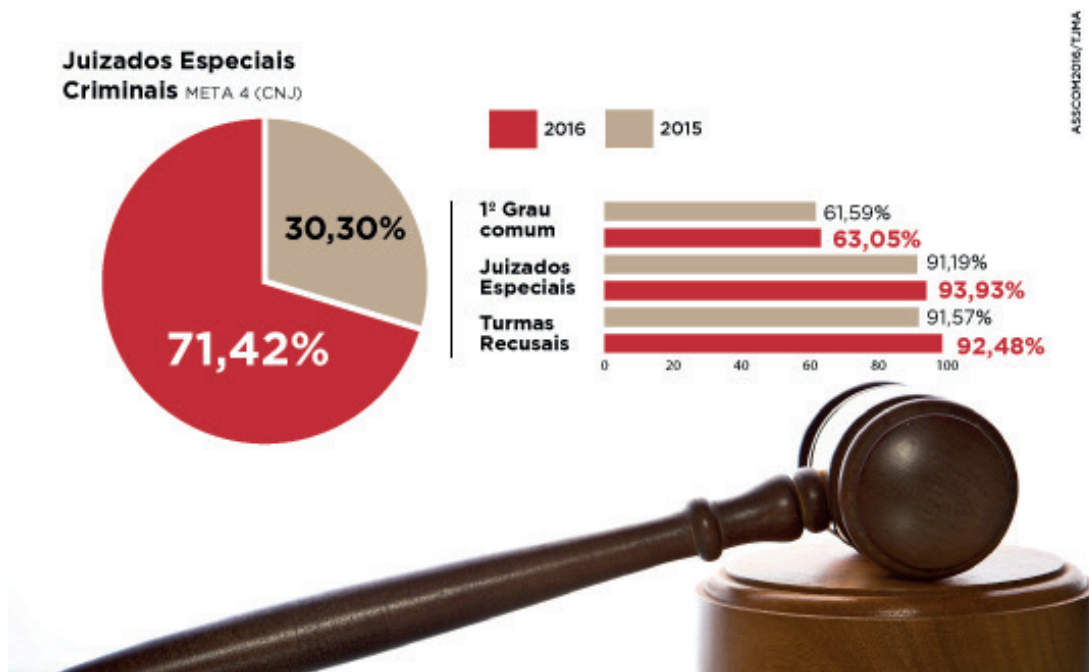
ATUAÇÃO – o trabalho desenvolvido pela Comissão Sentenciante está alinhado ao Plano de Ação da atual gestão que pretende reduzir as taxas de congestionamento processual na Justiça de 1º grau.

Sua atuação depende da anuência do magistrado titular da unidade jurisdicional ou de requerimento prévio, salvo quando determinado pela corregedora-geral de Justiça, por indicação de relatório correicional. Escolhida a unidade jurisdicional, uma equipe itinerante composta por magistrados e servidores vai até a unidade judicial para fazer uma inspeção. Há também reuniões prévias com os juízes titulares das unidades escolhidas para receber o trabalho da comissão.

A Ouvidoria do TJMA encaminhou à Comissão Sentenciante um documento recebido no setor, em que um manifestante elogia o trabalho desempenhado pelos magistrados da comissão, onde ele afirma que “suas decisões são tecnicamente muito boas”, diz a manifestação.

Metas / CNJ

CORREGEDORIA DESTACA RESULTADOS POSITIVOS NOS JULGAMENTOS NO 1º SEMESTRE



A Corregedoria Geral da Justiça fez uma avaliação do cumprimento das metas de produtividades estabelecidas pelo Judiciário nacional e destacou aspectos positivos dentre os resultados obtidos no julgamento da demanda judicial em nível de primeiro grau nas comarcas do Estado, no primeiro semestre deste ano.

Conforme relatório de acompanhamento da Divisão de Estatística da GGJ-MA, o comparativo de desempenho no período de janeiro a junho de 2015 e 2016, demonstrou pontos positivos decorrentes da proximidade do alcance das metas previstas para serem cumpridas até o final deste ano.

META 1 – julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, os percentuais foram positivos para o 1º grau comum (varas judiciais) com 63,05% de alcance da meta estipulada, 1,46% a mais de julgamentos em comparação ao mesmo período de 2015. Os Juizados Especiais julgaram 93,93%, superando em 2,74%

o ano anterior, e as Turmas Recursais 92,48%, com acréscimo de 0,91%.

META 2 – identificar e julgar, nos juizados especiais e turmas recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, os resultados positivos foram de 92,69% dos processos já julgados, que representam um crescimento de 1,34%, e 98,99% nas Turmas Recursais, perfazendo o resultado positivo de 3,07% a mais de ações julgadas.

META 4 – identificar e julgar até 31/12/2016, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013, os juizados especiais criminais foram os responsáveis pelo saldo positivo: 41,12%.

O acompanhamento da produtividade está previsto na Meta 7 do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O Plano de Gestão da Corregedoria está alinhado às ações estratégicas do Poder Judiciário nacional. Segundo o coordenador do planejamento

estratégico da Corregedoria, juiz Gladiston Cutrim, a CGJ está comunicando periodicamente os juizes, como forma de acompanhar sistematicamente o cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), oferecendo suporte às unidades com maiores dificuldades. O último comunicado foi remetido no dia 27 de junho.



“Os magistrados e servidores têm se empenhado para atingir as metas nacionais, apesar das dificuldades existentes com a falta de recursos e de pessoal”

Gladiston Cutrim Juiz

MATÉRIAS DA CGJ
REPRODUZIDAS
PELO CONSELHO
NACIONAL DE
JUSTIÇA



JANEIRO

MUTIRÃO DE AUDIÊNCIAS É PRIORIDADE EM FÓRUM DE DOM PEDRO, NO MARANHÃO

Após uma longa reforma em algumas dependências, o Fórum da Comarca de Dom Pedro (MA) tornou-se palco de um esforço concentrado na realização de audiências e atendimento ao público em 2016. Na reabertura do fórum, o juiz Carlos Eduardo Coelho de Sousa promoveu o primeiro mutirão de audiências deste ano. As atividades tiveram início em 25 de janeiro e seguiram até o dia 4 de fevereiro. De acordo com informações da comarca, para este período foram programadas 230 audiências, presididas pelo juiz titular.

FEVEREIRO

MENORES SÓ PODEM PARTICIPAR DO CARNAVAL COM ALVARÁ JUDICIAL NO MA

Vinte e sete agremiações solicitaram, junto à 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís, alvarás para que crianças e adolescentes participassem das escolas de samba, blocos, bandas e outras brincadeiras de rua durante o carnaval. Os comissários estiveram durante todo o período carnavalesco fiscalizando a presença de menores nos locais das festas.

PROCON E JUIZADO DE BACABAL FECHAM ACORDO PARA CONCILIAÇÕES NO MA

Uma parceria permitirá a realização prévia de audiências de conciliação pelo Procon e o encaminhamento ao juizado de Bacabal (MA), para homologação judicial de acordos feitos ou a realização de audiência de instrução e julgamento nos casos em que não houver conciliação. O juiz Marcelo Moreira, titular do Juizado Especial Cível e Criminal do município, e Duarte Júnior, diretor do Procon/MA, trataram do acordo durante reunião.

MONITORAMENTO ELETRÔNICO COMEÇA A SER IMPLANTADO EM CAXIAS, MARANHÃO

Um total de 20 internos de unidades prisionais em Caxias recebeu equipamento de monitoração eletrônica. A implantação das tornozeleiras eletrônicas faz parte de uma ação conjunta entre a Secretaria de Estado da Justiça e a Administração Penitenciária e 5ª Vara de Caxias, responsável pela execução penal na comarca.

CERTIDÃO DE NASCIMENTO PORTÁVEL FACILITA USO DO REGISTRO CIVIL NO MA

Em uso há três meses no Maranhão, a Certidão de Nascimento Portável está facilitando a vida da população no transporte, na guarda e na apresentação desse documento necessário durante toda a vida do cidadão. Quase 10 mil unidades do novo modelo foram destinadas aos cartórios de Registro Civil de todo o Maranhão.

NO MARANHÃO, CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA DIVULGA PLANO DE GESTÃO

A desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça, entregou na manhã do dia 17 de fevereiro, em sessão plenária realizada no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o Plano de Gestão 2016-2017 da Corregedoria-Geral de Justiça ao presidente TJ, desembargador Cleones Cunha. O plano alinha as ações da Corregedoria às metas estratégicas do tribunal e aos macrodesafios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

MARÇO

JUDICIÁRIO MARANHENSE CONCEDE 247 MEDIDAS PROTETIVAS A MULHERES EM SL

Tramitam na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar de São Luís 2.721 medidas protetivas de urgência. Desse total, 40 terão a sentença prolatada até 11 de março, durante o mutirão processual da Semana da Mulher. Até o dia 29 de fevereiro deste ano, 247 medidas foram concedidas pela vara a mulheres ofendidas na capital. Para dar entrada na medida protetiva, a vítima deve se dirigir à vara, em horário normal de expediente, ou ao plantão criminal da Justiça no Fórum do Bairro do Calhau em feriados e fins de semana, portando documento de identidade, comprovante de residência e Boletim de Ocorrência (BO).

MUTIRÃO AGILIZA PROCESSOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MARANHÃO

Aconteceu em março o mutirão para agilizar processos de violência contra a mulher no Maranhão. São promovidas também audiências de ações cíveis ou de família, além de julgamento no Tribunal do Júri. Em São Luís, a Vara Especializada da Mulher agendou audiências de instrução e julgamento de 157 processos para o período.

FÓRUM DE SÃO LUÍS FAZ PREVENÇÃO PERMANENTE CONTRA O AEDES AEGYPTI

A Divisão de Serviços Gerais do Fórum Desembargador Sarney Costa está desenvolvendo um exaustivo trabalho de limpeza e higienização da sede do órgão para manter em perfeitas condições ambientais as instalações físicas do local, e também prevenir a proliferação de agentes epidemiológicos, com destaque para o mosquito *Aedes aegypti*, hospedeiro dos vírus transmissores da dengue, zika e febre chikungunya. No caso específico da prevenção contra o mosquito, o chefe da divisão, Jailson Pereira, explicou que o trabalho se concentra nos dois chafarizes localizados na área externa do fórum (praça e estacionamento).

MUTIRÃO PROCESSUAL MARANHENSE REALIZARÁ 415 AUDIÊNCIAS ATÉ FIM DO MÊS

O 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, também conhecido como o Juizado do Ceuma, realizou um mutirão processual. Os trabalhos na unidade judicial foram realizados sob a coordenação da juíza Maria José França Ribeiro, titular do juizado. O mutirão realizou 415 audiências.

ABRIL

CORREGEDORIA DISCUTE IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE INFORMAÇÕES DE IMÓVEIS

O juiz auxiliar da Corregedoria Gladiston Cutrim coordenou reunião para tratar da instalação da Central de Informações do Registro de Imóveis do Maranhão (CRI-MA). Representantes de cartórios estiveram presentes para deliberar sobre os detalhes da implantação da central. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a central de serviços eletrônicos compartilhados deve ser criada pelos respectivos oficiais de registro de imóveis, mediante ato normativo da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ-MA)

JUIZADO DO RENASCENÇA, EM SÃO LUÍS, HOMOLOGA 55 ACORDOS EM MUTIRÃO

A juíza Maria José França Ribeiro, titular do 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, localizado no Renascença, divulgou os resultados do mutirão realizado na unidade judicial. Das 426 audiências agendadas, foram realizadas 415, apresentando um total de 55

acordos homologados em banca que, somados, atingiram ao valor de R\$ 187.013,44.

FÓRUM EM TIMON, NO MARANHÃO, INSTALA ESTEIRA DETECTORA DE METAIS

O Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves recebeu uma esteira detectora de metais. O equipamento foi instalado com a presença dos juízes da Comarca de Timon e do chefe da Divisão de Inteligência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), capitão Renan. A Divisão de Inteligência é ligada à Diretoria de Segurança do Tribunal. O equipamento de segurança foi instalado na entrada do prédio.

COLINAS (MA) DIVULGA NÚMEROS DE MUTIRÃO DE AUDIÊNCIAS PREVIDENCIÁRIAS

O Fórum da Comarca de Colinas (MA) divulgou os resultados das audiências previdenciárias realizadas nos meses de fevereiro, março e abril, totalizando 116 eventos. As audiências foram realizadas em três semanas alternadas, sendo uma em cada mês, direcionadas a processos que pleiteavam benefícios de aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário maternidade e benefícios de prestação continuada.

MAIO

VARA DA INFÂNCIA FAZ AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS EM ABRIGOS DE SÃO LUÍS

Terminaram no dia 29 de abril as audiências concentradas da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís referentes a crianças e adolescentes de nove instituições de acolhimento. O objetivo é verificar a situação dos menores atendidos nos abrigos, reavaliar as medidas protetivas de acolhimento, além de verificar as condições de funcionamento dos locais. Após o mutirão, é encaminhada a situação jurídica de cada acolhido, seja o retorno dele à família biológica ou, quando não for possível, o contato para adoção ou tutela.

CORREGEDORIA DO TJMA PODE REVER DECISÕES DE JUÍZES DE EXECUÇÃO PENAL

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, durante a 11ª Sessão do Plenário Virtual, resposta à Consulta 0000002-38.2016.2.00.0000, feita pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA). Na

consulta, a entidade questiona a atribuição correcional dos titulares das Varas de Execução Penal, seu grau de autonomia em relação à Corregedoria-Geral de Justiça e a possibilidade de revisão de seus atos. A associação alega que há certa dubiedade no que diz respeito à autonomia conferida à 1ª Vara de Execuções Penais para tomar providências relacionadas ao funcionamento do sistema carcerário.

CENTRO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS FOCA EM CASOS DE FAMÍLIA NO MARANHÃO

No Maranhão, o 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), no Fórum Desembargador Sarney Costa, fez nos dias 27, 30 e 31 de maio audiências específicas de reconhecimento de paternidade, divórcio consensual, reconhecimento e dissolução de união estável, pensão alimentícia e partilha de bens. Pode participar quem já possui — ou não — processo tramitando em uma das Varas da Família de São Luís e agendou audiência para a data.

REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA PARA ADOLESCENTES AVANÇA NO MA

Audiências de custódia com adolescentes apreendidos em flagrante por ato infracional na capital são realizadas pela 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís (2ª VIJ). No caso de prisão em flagrante de adultos, a realização de audiências de custódia cabe ao plantão judiciário forense. Até o dia 6 de maio, foram realizadas 43 audiências, com 36 liberações e 7 conversões em internação provisória. Das 21 apreensões, 20 resultaram em remissão cumulada com medida socioeducativa em meio aberto e uma em remissão pura (perdão). A quase totalidade das apreensões de adolescentes foi motivada por roubo.

JUSTIÇA MARANHENSE AVALIA INSTALAR SALA ÚNICA DA CONCILIAÇÃO FAMILIAR

A corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, se reuniu com as juízas das varas de família de São Luís, Joseane Bezerra (3ª Vara), Maria do Socorro Carneiro (5ª) e Francisca Galiza (4ª), no dia 12 de maio, para discutir a implantação da Sala Única de Conciliação das Varas de Família. O objetivo da Corregedoria é reunir as audiências das unidades em um só espaço, atendendo dispositivo do novo Código de Processo Civil (CPC).

CORREGEDORIA DO MARANHÃO

INSCREVE 351 CASAIS NO CASAMENTO COMUNITÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) inscreveu na 23ª Ação Global, no campus universitário no Bacanga, número recorde de pessoas para o Projeto Casamento Comunitário. O projeto cadastrou 351 casais em apenas um dia de evento. Na última edição, em 2015, foram inscritos 175 casais.

COMARCA DE CURURUPU, NO MARANHÃO, FAZ CONTROLE BIOMÉTRICO DE PRESOS

A Comarca de Cururupu (MA) passou a adotar o controle biométrico de presos. Desenvolvido pela Diretoria de Informática do Poder Judiciário do Maranhão, o Sistema Convictus controla, por meio da biometria, a frequência de réus que cumprem pena nos regimes aberto e semiaberto e medidas alternativas aplicadas em crimes de menor potencial ofensivo.

JUNHO

POR MEIO AMBIENTE, TRIBUNAL ENSINA SERVIDOR A USAR PET EM ARTESANATO

Garrafas PET que iriam para o lixo viraram arranjos de flores e outros enfeites de decoração na oficina de artesanato com material reciclável, realizada no Fórum Desembargador Sarney Costa. A oficina fez parte das atividades da Semana do Meio Ambiente, promovida pelo Judiciário maranhense. “Descobrimos as inúmeras possibilidades de aproveitamento das embalagens PET e também aprendemos uma atividade que pode gerar uma renda extra com a venda dos produtos artesanais confeccionados com o material reciclável. E o meio ambiente agradece”, disse a servidora Graça Frank.

NÚMEROS POSITIVOS CONFIRMAM ESFORÇO NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE NO MA

Números expressivos refletem o resultado do esforço conjunto da Corregedoria-Geral da Justiça para o êxito da Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente. Com o apoio de juízes de todo o estado, ao todo foram 361 despachos, 90 decisões e 88 sentenças prolatados; 110 audiências realizadas; 112 processos arquivados; e outros 461 conclusos ao magistrado. A ação teve por objetivo o julgamento prioritário de processos relativos aos crimes ambientais na Justiça Estadual e está alinhada às metas do Poder Judiciário (2016/2020), que prevê o fomento de ações institucionais e promoção da responsabilidade socioambiental.

EXPEDIENTE

ASSCOM CGJ

Márcio Rodrigo
Edgar Ribeiro
Eduardo Coelho
Helena Barbosa
Michael Mesquita
Marta Barros
Jodeilse Mafra

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO DO FÓRUM DE SÃO LUÍS

Nonato Reis
Valquíria Santana
Priscilla Costa
Josy Lord

FOTOS

Asscom CGJ
Núcleo do Fórum
Ribamar Pinheiro

DIAGRAMAÇÃO

Carlos Eduardo Sales

CONTATOS

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma
www.twitter.com/CGJ_MA
(98) 3198-4636/ 3198-4624.

